

O Impacto dos Acordos de  
Parceria Económica da UE na  
Subsistência da Mulher na Namíbia

*Delegado pela  
One World Action  
Em parceria com o  
Namibia Development Trust*

Pesquisa realizada por:  
Adelheid Awases  
Sulaiman Mbaziira

Relatório da pesquisa compilado por  
Theo Uvanga  
& Editado por Ronny Dempers  
Namibia Development Trust  
Abril/Maio 2006

Os pontos-de-vista e opiniões expressas neste relatório são as dos autores e não reflectem necessariamente àquelas da One World Action

## ACRÓNIMOS

ACP

África Caribe e Pacífico

CALO	Crescimento da África e Lei de Oportunidade
TAR	Terapia Anti-Retroviral
BLNS	Botsuana, Lesoto, Namíbia, África do Sul
COMESA	Mercado Comum para a África do Leste e Austral
OBCs	Organizações de Base Comunitária
UE	União Européia
APE	Acordos de Parceria Económica
ZPE	Zona de Processamento de Exportações
ALC	Acordos de Livre Comércio
PNB	Producto Nacional Bruto
GRN	Govêrno da República da Namíbia
HIV/SIDA	Vírus da Imuno-deficiência Humana/ Síndrome da Imuno-deficiência Adquirida
FTIP	Força de Trabalho & Instituto de Pesquisa
PMD	Países Menos Desenvolvidos
MAADR	Ministério da Agricultura, Água & Desenvolvimento Rural
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milênio
EDMT	Estrutura de Despesas de Meio Termo
PMT III	Plano de Meio Termo III
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
PNASA	Programa da Namíbia de Apoio aos Serviços Agrícolas
PNE	Participantes Não-Estatais
ONG	Organizações Não Governamentais
OECD	Organização para Cooperação Económica e Desenvolvimento
OCV	Órfãos e Crianças Vulneráveis
PTMC	Prevenção de Transmissão de Mãe para Criança
SACU	União Aduaneira da África Austral
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
EE	Empresas Estatais
PSF	Requerimentos Sanitários e Fitosanitários
ASS	África Sub-Saária
ONU	Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

COMOS	Comissão de Ordenados e Salários
OMC	Organização Mundial do Comércio
BTC	Barreiras Técnicas de Comércio
ACCD	Acordo de Comércio e Cooperação para Desenvolvimento

## Índice

<b>1. PREFÁCIO.....</b>	<b>6</b>
<b>2. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
METODOLOGIA E MODO DE ABORDAR .....	10
LIMITAÇÕES .....	11
<b>3. NAMÍBIA: UMA SINOPSE SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO.....</b>	<b>11</b>
CAIXA 1. DISTRIBUIÇÃO DA TERRA E O LEGADO HISTÓRICO .....	12
A MULHER NA NAMÍBIA.....	13
CAIXA 2. FAMÍLIAS CHEFIADAS PELA MULHER .....	15
<b>4. A ECONOMIA, COMÉRCIO E POBREZA.....</b>	<b>21</b>
DESAFIOS DA POBREZA .....	23
PLANEAMENTO DE DESENVOLVIMENTO NA NAMÍBIA.....	24
<i>Estratégia de redução da pobreza.....</i>	<i>25</i>
<i>Objectivos de Desenvolvimento do milênio.....</i>	<i>27</i>
<b>5. ACORDOS DE PARCERIA ECONÓMICA E O COMÉRCIO .....</b>	<b>28</b>
PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A NAMÍBIA NAS NEGOCIAÇÕES APE.....	29
<i>Aumento da concorrência.....</i>	<i>29</i>
<i>Perda de receitas da importação.....</i>	<i>31</i>
<i>Inclusão de participantes não-estatais.....</i>	<i>32</i>
<i>Tratado dos subsídios agrícolas.....</i>	<i>33</i>
<i>Atendendo os requerimentos sanitários.....</i>	<i>33</i>
IMPACTO DOS ACORDOS DE COMÉRCIO REGIONAL .....	34

CAIXA 4. DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E ACORDO DE COOPERAÇÃO .....	35
<b>6. IMPACTO NA MULHER: O CASO DE ESTUDO DO SECTOR PECUÁRIO .....</b>	<b>36</b>
A MULHER NA AGRICULTURA .....	38
CASO DE ESTUDO: O SECTOR DA CARNE .....	40
OKAKARARA: O PAPEL DA MULHER E DO HOMEM NA COMUNIDADE CRIADORA DE GADO.....	42
<b>7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>46</b>
UMA COMPREENSIVA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL .....	46
INCLUINDO AS QUESTÕES DE GÊNERO .....	47
COLIGINDO ESTATÍSTICA DESAGREGADAS DE GÊNERO .....	48
STRENGTHENING CIVIL SOCIETY CAPACITY, ESPECIALLY WOMEN’S VOICES.....	48
APOIANDO A MULHER COMO CAMPONESA.....	50
REDUZINDO QUEDAS DE RENDIMENTO .....	50
CRIANDO UM CAMPO EQUILIBRADO .....	51
ASSISTINDO O SECTOR DE NEGÓCIOS .....	51
<b>8. REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>53</b>
<b>9. ANEXO 1: PESSOAS ENTREVISTADAS .....</b>	<b>57</b>
<b>10. ANEXO 2: LISTA DE PARTICIPANTES DAS DISCUSSÕES DE GRUPO DE ENFOQUE.....</b>	<b>58</b>
<b>11. ANEXO 3: QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>60</b>
<b>12. ANEXO 4: LISTA DE VERIFICAÇÃO .....</b>	<b>62</b>
<b>13. ANEXO 5: PROGRESSO NOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO NA NAMÍBIA (RELATÓRIO SOBRE O STATUS DOS OBJECTIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO NA NAMÍBIA, 2004).....</b>	<b>64</b>

## 1. PREFÁCIO

Este estudo examina o provável impacto dos acordos económicos propostos de associação (APEs) sobre os meios de subsistência da mulher na Namíbia. O enfoque do estudo está na indústria da carne, dada a sua importância à economia.

Os desafios principais de desenvolvimento que enfrentam a Namíbia incluem o seguinte:

- A mulher rural tem um papel principal em assegurar a segurança alimentar da casa, contudo não tem o acesso adequado e o controlo sobre os factores de produção. Além disto, as percepções culturais e

attitudes influenciam negativamente o fortalecimento progressivo da mulher.

- O desemprego e a prevalência do HIV/SIDA está aumentando entre as mulheres e jovens. Também há um aumento de mulheres chefes-de-família e crianças chefes-de-família devido a migração e a pandemia HIV/SIDA.
- A mulher não é bem representada nas estruturas de decisão nacional e regional.
- Existem grandes desigualdades entre os ricos e pobres, e entre os sectores camponeses comunais e comerciais.
- Os pobres e carentes carecem de acesso aos recursos, serviços e oportunidades, e se tornaram dependentes de ajuda alimentar.
- As organizações de mulheres e outras organizações da sociedade se engajaram em actividades geradoras de renda para diversificar os recursos de subsistência para os pobres; entretanto, os seus esforços não são bem coordenados e o seu impacto é limitado.
- A Namíbia fez progresso alcançando alguns dos objectivos que havia decidido, mais uma maior coordenação, planeamento estratégico, mobilização de recursos e o envolvimento próactivo das organização das mulheres e dos homens operando à nível comunitário é essencial para o sucesso e sustentabilidade.
- O papel da mulher no sector da carne é mínimo e invisível, e não havendo mudanças estruturais de política, a condição da mulher poderá priorar.

Como os acordos APE irão afectar os desafios desenvolvimentistas da Namíbia? Nossa análise sugere diversos potenciais problemas:

1. Aumento de concorrência. As anteriormente protegidas indústrias para os mercados locais, nacional e regional poderão ser incapazes de competir com os productos importados livres de impostos.
2. Perda de rendimentos da importação. Os impostos de importação ainda são a principal fonte de renda para a maioria dos países SADC e é calculado que a perda de rendimentos devido aos APEs seria substancial, com potencialmente sérios efeitos graves para o sistema de seguridade social do país.
3. Fraca inclusão dos participantes não-estatais e da mulher nas negociações. O efeito é que os processos de negociação dão enfoque mais

nas macro e intermediárias preocupações do acesso ao mercado, reciprocidade, subsídio, etc. mas não analisam as implicações para os pobres.

4. Atendendo os requerimentos sanitários. O país tem se preocupado que os padrões UE para productos da carne são potenciais barreiras para o comércio.
5. O possível impacto cumulativo do processo APE sobre outros acordos comerciais regionais como o Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação (ACDC) entre a União Européia e a África do Sul.

Não está claro qual será o impacto das APEs na subsistência dos pobres, especialmente o da mulher rural, que forma a base da agricultura de subsistência. Existem poucos dados estatísticos disponíveis sobre o envolvimento das mulheres nas exportações e importações da Namíbia, ou no seu papel no sector agrícola, como proprietária de gado ou nas actividades de comércio local da mulher. Entretanto, nosso estudo sobre o sector da carne sugere que apesar de ser invisível, a mulher contribui para a indústria. Porém, um aumento da demanda pela carne da Namíbia através das APEs poderia aumentar a já pesada carga de trabalho da mulher rural, que já cuida e trata da carne que é abastecida para o mercado local. Se a sua capacidade não é montada com a propriedade do gado, gerência e marketing, ela permanecerá marginalizada e as APEs poderão piorar ao invés de melhorar a sua condição de vida, especialmente se ela não é capaz de usufruir dos benefícios e rendimentos provenientes do mercado da carne.

A Namíbia tem um longo caminho a percorrer para que possa endereçar os inúmeros desafios discutidos neste relatório, O país necessita de intervenções estratégicas integradas e bem coordenadas, incluindo o seguinte:

- As negociações comerciais deverão ser enriquecidas com várias opções para aumentar a habilitação da mulher, como em fortalecer o seu papel na criação de pequeno rebanho, geração de renda e actividades de mercado informal, bem como de melhorar o seu status em termos de negociar bens e serviços.
- Uma pormenorizada estratégia de desenvolvimento rural é necessária para se endereçar as necessidades da mulher rural e dos outros grupos vulneráveis. O serviços agrícolas deverão ser mais descentralizados

para alcançar os carentes, intervenções de enfoque ou de baixo custo, desenvolver uma apropriada tecnologia de base para as tarefas agrícolas e domésticas da mulher, fornecer serviços de veterinária para a mulher, e envolver a mulher na pesquisa por melhoradas variedades de safras.

- Referências sobre a igualdade de gênero precisam ser consideradas pelo governo da Namíbia e em todo o processo de negociação da APE. Estatísticas desagregadas de sexo são necessárias para mostrar o trabalho productivo da mulher na agricultura e outras “áreas informais”.
- Cuidadosos esforços devem ser feitos para envolver as organizações da sociedade civil que apoiam empreendimentos a nível comunitário nas discussões de APE e fóruns de planeamento estratégico como o Forum Nacional do Comércio.

## 2. INTRODUÇÃO

Abundam debates sobre o impacto potencial das Associações de Parceria Económica (APEs).<sup>1</sup> A União Europeia argumenta que as APEs irão facilitar a integração económica dos países da África, Caribe e Pacífico (ACP), que irão eventualmente caminhar para a erradicação da pobreza. Eles argumentam que a reciprocidade de acesso a mercados irá aumentar a concorrência e levar ao crescimento económico, e que para este fim, as APES são acordos centralizados no desenvolvimento montados para estimular tal crescimento.

Por outro lado, os críticos argumentam que as APEs são simplesmente acordos de livre comércio desenhados para assegurar o acesso da UE aos mercados de países em desenvolvimento. Eles argumentam que as APEs precisarão que os países ACP concedam reciprocidade de acesso a mercados para as importações da UE, numa escala de tempo que os dificultaria compensar pela perda da renda das tarifas governamentais e tratar das limitações do fornecimento que impede os seus produtores de poder competir com as importações da UE.

---

<sup>1</sup> A Namíbia, como membro do grupo de países da África, Caribe e Pacífico (ACP), está negociando um acordo comercial preferencial recíproco com a União Europeia. De acordo com o Acordo de Cotonou, os países ACP terão que oferecer acesso UE livre de impostos aos seus mercados sob os Acordos de Parceria Económica (APEs).

Existe muito estudo indicando que os APEs irão prejudicar o progresso em favor da redução da pobreza e do desenvolvimento. Afirma-se que os APEs, no seu corrente formato, ao exigirem reciprocidade entre parceiros desiguais, levarão à novas e desiguais áreas comerciais entre a UE e grupos regionais dos países ACP, prejudicando portanto a integração regional e reduzindo o espaço para políticas que necessitam os países ACP para desenvolverem as suas economias e erradicarem a pobreza, o que resultará numa perda de renda que afectará o fornecimento de serviços públicos. Existem adicionais preocupações de que o passo das negociações não levam em consideração a capacidade dos países ACP, e a inclusão dos participantes não-estatais é muito limitada. Tais APEs irão negativamente afectar as pessoas pobres, especialmente as mulheres, que são mais vulneráveis à uma rápida e maior liberalização do comércio.

Este relatório analisa estas proposições, particularmente no que diz respeito à mulher envolvida na indústria da carne na Namíbia.

### **Metodologia e modo de abordar**

Nós utilizamos vários métodos de pesquisa para obter a informação para este estudo. Estes incluíram pesquisas de documentos, entrevistas de informação essencial com 12 representantes (vindos de listas das principais agências de implementação e instituições trabalhando com a indústria da carne sobre comércio e questão da igualdade de sexo na Namíbia) e um debate de grupo com enfoque com uma organização de base rural feminina e masculina num total de 21 participantes. Estes métodos foram suplementados com entrevistas de informação estratégica por telefone com pessoas que não podiam ser contactados para uma entrevista directa. Nós também utilizamos a informação proveniente de uma reunião consultativa dos camponeses na região de Otjozondjupa, a maior área de produção comunal de gado, e funcionários de várias instituições que têm um conhecimento sobre o comércio da carne para refinar a análise e avaliar as existentes tendências, programas e recomendações. Uma outra grande fonte de informação é o encontro do Forum Nacional do Comércio, organizado pelo Ministério do Comércio e Indústria em 2 de março de 2006. Os dados coligidos estão compilados nos apêndices.

## **Limitações**

Uma das nossas principais limitações foi o tempo alocado para conduzir a pesquisa, criando dificuldade para os encontros com algumas das fontes de informação escolhidas. Houve também falta de dados suficientes sobre a lista mais recente de possíveis itens a serem liberalizados, e da percepção do limitado papel da mulher atualmente tem na indústria da carne, o que limita a extensão da nossa análise. O foco do estudo, que deveria ser na indústria da carne, foi limitado na sua amplitude em termos de explorar o possível impacto dos APEs nas condições de vida da mulher em outros sectores.

Não obstante, apresentamos e analisamos o contexto sócio-económico da Namíbia, incluindo as preocupações sobre a igualdade de gênero e as suas implicações; fizemos um esboço sobre o atual papel da mulher rural no sector pecuário; apresentamos iniciativas nacionais para endereçar a desigualdade de gênero e pobreza; nós mostramos os princípios fundamentais dos APEs e avaliamos os principais desafios para o envolvimento da Namíbia nas actuais negociações. Concluimos fazendo algumas recomendações para assegurar que o processo não marginalize mais os pobres, especialmente as mulheres.

### **3. NAMÍBIA: uma sinopse sob a perspectiva de gênero**

Namíbia é um grande país, com 824,000 km<sup>2</sup>, mas com uma das mais baixas densidades de população no mundo (2.1 pessoas por kilometro quadrado). Entretanto, este dado contradiz as enormes variações regionais da densidade populacional. A disponibilidade de água é o maior determinante dos padrões de assentamento. A população rural está concentrada em torno dos rios perenes que formam a fronteira norte do país; em torno dos rios sazonais e planícies aluviais, como o sistema Cuvelai system nas regiões do Ovambo; e em torno das canalizações e sistemas de água feitos pelo homem, como a 'Eastern National Water Carrier' (Portador de Água Nacional do Leste), que abastece os residentes em regiões áridas do leste e do centro da Namíbia. A Namíbia faz fronteira com a África do Sul, Botsuana, Angola, Zambia e Zimbábue. A sua população era de 1.8 milhões em 2001.

Desde a independência em 1990, a Namíbia tem feito consideráveis esforços para melhorar a vida da sua população rural. Provisão de água, construção e melhoramento das estradas, e um sistema de saúde e educação revitalizado tem sido as prioridades do governo nacional. Com a eleição das autoridades

locais e regionais em dezembro de 1992, muitos namíbios tiveram pela primeira vez uma representação local.<sup>2</sup> No entanto, além de fornecimento de serviços, a nação enfrenta o complexo desafio de promover um desenvolvimento económico viável para a população rural. Um século da prática colonial de expropriação da terra, exploração do trabalho e subdesenvolvimento resultou em áreas negras rurais empobrecidas. Tanto os colonizadores alemães como sul-africanos criaram reservas étnicas (Caixa 1) e restringiram os movimentos dentro da área do colonizador, de forma a limitar a produtividade dos camponeses africanos e forçar o camponês masculino a oferecer mão-de-obra barata para as minas, fazendas comerciais, companhias de pesca e negócios urbanos. As características desta mão-de-obra na economia persistem ainda hoje. Em algumas regiões, a prevalência de mão-de-obra externa resultou em famílias rurais consistindo principalmente dos idosos, mulheres e crianças pequenas (FAO, 1995).

#### **Caixa 1. Distribuição da terra e o legado histórico**

As políticas racialmente orientadas da terra torceram muito a distribuição da população. Apenas um pouco acima de 4,000 fazendeiros, essencialmente brancos, controlam 44% da terra viável para a agricultura. Em contraste, 67% da população vive atualmente em áreas comunais, compreendendo apenas 41% da terra agrícola, nem toda viável para agricultura. Apesar da distribuição da terra dentro destas áreas, elas permanecem comunais, regiões estas grandemente criações coloniais. No norte, os regimes alemão e sul-africano aproximaram as fronteiras existentes para confinar as pessoas às reservas. No sul e no leste, as pessoas foram removidas devido a guerra ou práticas do apartheid para áreas marginais. Estas políticas asseguraram que os colonizadores tivessem a melhor propriedade de pastos nas áreas centrais. A subsequente falta de terra e mão-de-obra criaram o duo sistema agrícola: por um lado a agricultura de subsistência nas mãos africanas, onde a mulher constitui a maioria dos produtores, e a agricultura comercial branca, na qual o trabalho é fornecido pela mão-de-obra africana.

<sup>2</sup> A política de descentralização do país visa transferir a autoridade política, administrativa, legislativa, financeira e de planeamento do nível central para o da comunidade, para assegurar a participação pública e fornecimento de serviços de forma eficiente e efectiva (UNDP, 2004).

Quase 80% da população da Namíbia esta envolvida na agricultura. O sector agrícola comercial consiste de 44% da terra viável para agricultura. O sector agrícola comunal consiste de 41% da terra agrícola e acomoda cerca de 64% da população – da qual um estimado 90% é dependente da agricultura de subsistência para viver. A pecuária consiste a maior fonte da renda de subsistência. A principal colheita é o milho, o milho miúdo e o trigo. O principal estratégia económica do país é alcançar a auto-suficiência alimentar nacional (FAO, 1995).

### **A Mulher na Namíbia**

A situação da mulher na Namíbia, especialmente no sector da pecuária, não pode ser compreendido sem fazer referência ao contexto histórico e político, e as condições económicas e sociais do país. Especificamente, isto significa compreender os efeitos ainda em curso da sociedade pré-independência do apartheid, na medida em que construiu a vida da mulher em termos de raça e sexo; das diferentes práticas tradicionais entre as diferentes culturas e localizações geográficas; e das diferenças entre as áreas urbanas e rurais. Não existem dados desagregados de sexo para muitos dos aspectos da vida social e económica na Namíbia. Portanto, esta análise se basea na pesquisa feita em diversas agências, inclusive as NU, os relatórios da Comissão Nacional de Planeamento, relatórios do censo e a bem substanciada informação dos diferentes indivíduos trabalhando na área.

A desigualdade de gênero é evidente na Namíbia devido ao impacto das práticas culturais, que subordinaram a mulher em todas as esferas da vida. Isto foi reforçado pelas práticas coloniais de dominação racial e masculina. Apesar de muitas famílias dependerem fortemente das remessas ou salários de membros da família empregados em zonas urbanas, as responsabilidades pela produção de alimentos e preparação, como também o bem-estar da família continuam a recair na mulher. O censo de 1991 revelou que as mulheres contam 59% dos que estão envolvidos em trabalho agrícola especializado e de subsistência. De facto, as mulheres rurais compreendem o maior grupo demográfico da Namíbia. Ainda assim, elas continuam pobres devido ao acesso desigual à terra, trabalho, serviços agrícolas e bens, recursos naturais e oportunidades de emprego. A mulher rural também está sub-representada no processo de decisões e posições de liderança.

As políticas ainda precisam adequadamente levar em conta as múltiplas funções da mulher namibiana como camponesa, como fornecedora de alimentos e recebedora de salários. Uma efectiva reforma de políticas estão em parte limitadas pela carência de estatísticas baseadas em factos e pesquisa qualitativa sobre os papéis e relações do sexo feminino e masculino.

As práticas culturais e tradicionais são mais arraigadas na zona rural devido à falta de estarem expostos aos processos de desenvolvimento, análise crítica de sua condição e isto, portanto, perpetua a desigualdade de sexo em termos de tomada de decisões, acesso à serviços e oportunidades, acesso e controlo sobre recursos e benefícios. Se diz que as famílias lideradas por mulheres (Caixa 2) são os sectores mais pobres da população (Govêrno da Namíbia, 2001). Um número significativo de mulheres estão envolvidas no comércio informal, especialmente nas áreas urbanas, mas os mecanismos de apoio são fracos e ineficazes.

A saúde e bem-estar da maior parte das crianças na Namíbia é integralmente ligada aos papéis da mulher como camponesa e productora de alimentos. No entanto, recentes estudos regionais sugerem que a insegurança alimentar em até 40% das famílias. Na Namíbia, a segurança alimentar das famílias provém de suas fontes: a produção e os armazéns agrícolas e de alimentos de onde a família se abastece; e a habilidade das famílias de comprar ou adquirir alimentos com dinheiro, transferência de alimentos ou permutas.

## Caixa 2. Famílias chefiadas pela mulher

As famílias chefiadas pela mulher constituem uma significativa porção da insegurança alimentar. Variam muito as definições do que constitui a família, bem como o critério para determinar se o chefe é uma mulher. Algumas pesquisas fizeram a distinção entre os cabeças *de jure*, a mulher reconhecida dentro da lei civil ou habitual como a chefe oficial, e cabeças *de facto*, a mulher que está encarregada durante a ausência do homem. Apesar dos dados compreensivos serem limitados, dados regionais e o censo nacional sugerem que cerca de 30 a 50% das famílias são efectivamente chefiadas pela mulher (FAO, 1994).

Longe de ser homogêneo, as famílias chefiadas pela mulher demonstram uma série de padrões de composição e características sócio-económicas. Também deve ser enfatizado que o enfoque em famílias chefiadas pela mulher escondem a vulnerabilidade de mães solteiras e de casais recém casados, frequentemente parte de famílias chefiadas pelo homem.

A migração criou muitas famílias chefiadas pela mulher com a falta de mão-de-obra adulta, resultando muitas vezes no declínio da produtividade alimentar. Com frequência, a mulher compensa esta perda através de trabalho adicional no campo, incluindo tarefas intensivas como lavrar e capinar. Dados sobre detenção da terra são esparsos, mas várias recentes pesquisas na região de Ovambo mostram que apesar do tamanho da terra detida entre as famílias chefiadas pelo homem e pela mulher serem comparáveis, a quantidade de terra cultivada é frequentemente menor na da mulher. Mesmo nas regiões onde a proporção dos sexos é igual, a mulher ainda está em maior número na agricultura. No sul, a falta de mão-de-obra é menos problemática; entretanto, muitos jovens em forma para o trabalho não contribuem plenamente nas actividades agrícolas. (FAO, 1994).

A falta de mão-de-obra é exacerbada pela alta proporção de dependência em famílias chefiadas pela mulher. De acordo com o censo de 1991, as famílias chefiadas pela mulher são comparáveis em tamanho às chefiadas pelo homem, mas sustentam mais crianças. Portanto, enquanto as famílias chefiadas pela mulher tem mais dependentes, elas são menores e em consequencia menos membros capazes de ajudar nas actividades agrícolas e domésticas. Apesar das crianças em idade escolar contribuirem nas obrigações domésticas, elas possivelmente serão uma perda líquida. As famílias que podem mandar suas crianças para a escola serão mais beneficiadas pelos programas de alimentação escolar.

Ainda um outro factor que afecta a capacidade da mulher de conseguir alimento é a base em declínio de recursos naturais. A qualidade da terra está deteriorando, a mulher carece de fertilizantes, implementos e conhecimento técnico para impulsionar o potencial productivo da sua terra. A seca é uma

sempre presente ameaça para os camponeses comunais, que na ausência de instrumentos agrícolas, tem safras que dependem mais directamente de boa chuva. As regiões de não produção agrícola, as famílias envolvidas na pecuária têm que viver com a seca e fraca pastagem, o que reduzirá directamente a disponibilidade de leite para o consumo doméstico. As frutas silvestres e verduras, peixe de água doce e pequenos animais aumentam a segurança alimentar durante momentos de relativa bom abastecimento e fornecem uma importante defesa para as famílias pobres em momentos de carência de alimentos. Entretanto, a crescente desmatamento e erosão, mesmo à cerca dos rios, as não sustentabilidade das safras e as pressões do crescimento da população estão diminuindo a disponibilidade destes alimentos (FAO, 1994).

### **Divisão do trabalho e tomada de decisões**

A saúde e o bem-estar dos membros da família não restam apenas na disponibilidade de alimentos; a segurança alimentar da família está também relacionada com a distribuição de alimentos e renda dentro da família. Na verdade, a própria noção de uma família como uma unidade de produção tende a encobrir os concorrentes interesses e o acesso desigual sobre os recursos dentro da família. O direito e capacidade da mulher de controlar os productos do seu próprio trabalho é central para o avanço da mulher rural na Namíbia.

A Namíbia não é uma exceção na divisão do trabalho por sexo que caracteriza as comunidades rurais pelo mundo. A mulher faz a maior parte do trabalho doméstico e agrícola, enquanto o homem são responsáveis por áreas específicas como arrebanhar e negociar o rebanho, lavrar os campo ou construir casas. É mais provável o homem alocar ou compartilhar tarefas específicas con outros, ou efetuar tarefas que utilizem um maior nível de tecnologia como tração animal. Em contraste, é mais possível a mulher estar envolvida no trabalho em si.

Alguns estudos avaliaram a distribuição do tempo e responsabilidades do trabalho dentro das famílias rurais, e a informação sobre a divisão do trabalho entre os diferentes grupos étnicos permanece um tanto superficial. O valor económico do trabalho da mulher permanece sub-representado nesta pesquisa. Em contraste, o crescente sistema de trabalho ocasional oferece

alguma evidência sobre o valor produtivo do trabalho da mulher (apesar disto claramente ser reflectido em termos de pagamento). O papel da mulher como mãe e zeladora da família é até menos levado em consideração. Estas funções não somente exigem uma demanda física, mas também envolve planeamento para o futuro, dar atenção e cuidar das exigências emocionais (FAO, 1995).

A divisão do trabalho presente na maior parte dos grupos namibianos atualmente tem sido distorcida pelas mudanças sociais e económicas em curso. Por exemplo, a transformação das economias rurais baseadas na agricultura para as geradoras de renda aumentaram a carga de trabalho da mulher. Como indicado acima, a mulher compensa muitas vezes a perda da participação dos maridos ou membros da família ausentes ao fazer tarefas adicionais. É interessante observar que, na medida em que a participação do homem no campo diminui, a autoridade da mulher sobre os processos agrícolas poderá aumentar. Mais informação é necessária para compreender o papel do homem e da mulher ao tomarem decisões sobre a preparação do campo, selecção de sementes ou cuidados com o rebanho. Mesmo nas famílias chefiadas por homens, a mulher do norte parece ter alguma voz ao decidir que safra produzir e quando plantar.

Os estudos de campo realizados através das discussões de grupos de enfoque em Okakarara revelaram que a mulher é cada vez mais responsável pela produção do rebanho, um domínio tradicionalmente masculino: foi visto que em 22% das famílias, a mulher é a pessoa responsável pelo gado. Nas áreas comunais do sul e do leste, a mulher é responsável pela ordenha e curtiúme, e exercer controle sobre estes processos. No sul, onde predominam os pequenos rebanhos, a mulher também toma as decisões sobre rebanho e pastagem (ver capítulo 6).

O ingresso de famílias rurais nas actividades comerciais também aumentam a pressão de trabalho sobre a mulher. Nas famílias capazes de alcançarem excedentes comerciais, a mulher deve assegurar a produção de subsistência e contribuir para a produção comercial. Se a mulher tem acesso à renda adicional, os retornos do acréscimo de trabalho poderão valer à pena. No entanto, a mulher rural da Namíbia continua a ter voz desigual nas decisões sobre a produção agrícola. Espera-se que a mulher utilize a sua colheita para alimentar a família e, em algumas regiões, a mulher cultiva tanto os lotes

individuais para a subsistência e os lotes comuns, dos quais o homem controla a colheita. Nas famílias *de facto* chefiadas por mulheres, a ausência dos maridos não aumenta necessariamente a liberdade da mulher em tomar decisões. Ela talvez tenha direito de vender a produção em base informal, mas para decisões mais significantes como empregar mão-de-obra, ela defere ao marido. A mulher exerce até menos autoridade sobre a venda e entrega do gado. O homem domina a comercialização e o abate, e apesar de talvez checarem com as suas mulheres, é o homem que negocia preços. Na ausência do marido, é esperado que a mulher consulte com membros da família do marido. Consta que muitas mulheres nas Áreas Comunais do Leste e do Sul não exercem nenhum controle sobre a venda *dos próprios animais de propriedade delas*. Além disto, se os seus animais são vendidos num lote, o seu marido pode determinar que percentual ela receberá (FAO, 1995).

As políticas e programas agrícolas continuam a desconsiderar o papel central da mulher na agricultura, e reforça a desigualdade do acesso da mulher para:

- 1) recursos productivos, incluindo a terra, mão-de-obra, instrumentos e tecnologia; e
- 2) serviços de apoio, como o credito, extensão e pesquisa.

Além disto, a falha em reconhecer o conhecimento e experiência agrícola da mulher faz com que as divisões de gênero sejam ainda mais pronunciadas quando se tomam decisões. Na verdade, as políticas devem ir além de um simples melhoramento de serviços, e verem formas pelas quais possam melhorar a capacidade legal e social da mulher acessar serviços.

## **HIV/SIDA**

A alta prevalência do HIV/SIDA é um dos principais desafios que enfrenta a independente Namíbia, e isto é atribuído ao baixo status da mulher. Devido à razões culturais, as mulheres são impedidas de terem acesso ao emprego e recursos, tornando-as então economicamente dependentes dos homens e, portanto, expostas à relações sexuais de risco (Pesquisa de base UNAM, 2002). O crescimento da população do país era de 3.1% por ano na década antes da independência. No entanto, o impacto do HIV/SIDA reduziu este crescimento para uma taxa de 2.6% por ano, e a expectativa de vida diminui

de 61 em 1991 para 49 em 2001. A queda foi diferente para as mulheres e para os homens; de 63 para 50 para mulheres e de 59 para 48 para homens.

### **Mecanismos para promover a promoção da mulher**

Em todo o país, a participação da mulher em tomar decisões aumentou consideravelmente após a independência. O Ministério sobre Questão do Gênero e Bem-Estar da Criança foi estabelecido, e um “boa” porcentagem de mulheres são actualmente Parlamentares. As mulheres são 40% dos conselhos locais, muitas sendo prefeitas, vice-prefeitas e governadoras. Isto foi feito possível através de cotas legalmente exigidas para mulheres nas listas dos partidos como forma de aumentar a sua participação. Uma acção semelhante seria necessária se a mulher de negócios, com o interesse e potencial, pudesse ser apoiada para participar de feiras comerciais e discussões de comércio.

Entretanto, a mulher permanece sub-representada nas posições de liderança, e também no sector privado. Por exemplo, apenas cinco em 25 mulheres são Ministras de Estado, não há partido político liderado por mulher, apenas 12 entre 107 são Conselheiras Regionais em todo o país e seis em 13 regiões não tem nenhuma mulher em seus conselhos regionais (Dr. Debie LeBeau e Eunice Lipinge (Fev. 2004) em Progresso na Igualdade de Gênero na Namíbia: Políticas e Programas Pós-Beijing. Instituto da Namibia para Democracia).

Estas estruturas para decisões descentralizadas são essenciais para permitir a mulher compreender o seu papel no desenvolvimento económico e ajudar a mobilizar um grande número de analistas comerciais para apoiarem o aprendizado da mulher em termos de fortalecimento de seu papel na produção e comércio.

Para que se possa endereçar limitações específicas de sexo, o govêrno formulou a Política Nacional do Gênero e Programa de Igualdade de Gênero em novembro de 1997, para assegurar que a mulher se torne parte integral de qualquer planeamento de desenvolvimento. Ainda mais importante, o govêrno tem tomado medidas significantes para promover a igualdade de sexo e fortalecimento da mulher desde a independência em 1990. A constituição da Namíbia inclui um número de artigos que garantem o status da mulher.

O Departamento de Assuntos da Mulher (DAM) foi estabelecido em 1990 no Gabinete do Presidente, com um mandato para facilitar a inclusão da questão do gênero no desenvolvimento nacional, advogar por políticas e legislação que sejam sensíveis à questão do sexo, coordenar actividades relacionadas com a questão do gênero no ministérios do govêrno, e fornecer um ponto de contacto entre o govêrno, as ONGs e os doadores que promovem questões da igualdade de gênero. Foi bem sucedido em incluir o gênero, sector por sector, no Plano Nacional de Desenvolvimento para 1995–2000, ao invés de como uma secção separada sobre a Mulher no Desenvolvimento. O departamento está limitado devido à um orçamento e equipa de funcionários pequena, a falta de um representante ou observador importante no Gabinete, e uma capacidade insuficiente para se endereçar plenamente às prioridades de mulheres rurais na política e no planeamento de desenvolvimento.

Reconhecendo que os interesses da mulher não estão frequentemente sendo endereçados nas muitas organizações rurais, algumas ONGs estão incentivando a mulher a formar associações separadas e cooperativas. Um número de organizações igreja-relacionadas, em que as mulheres são muito activas, funcionam projectos do desenvolvimento para mulheres rurais.

A Namíbia é signatária à Convenção de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação de Género contra as Mulheres (CEDAW). A constituição da Namíbia garante direitos iguais para mulheres e as assiste em acções afirmativas para corrigir antigos desequilíbrios. Entretanto, a constituição indica também que todas as leis existentes no momento da independência permanecem válidas até que sejam anuladas ou emendadas pelo parlamento, e que as leis habituais e comuns permanecem também válidas contanto que não opuserem à constituição ou às leis estatutárias. Assim, muitas leis discriminatórias que afectam a mulher rural permanecem intactas, incluindo aquelas que limitam o controle das mulheres sobre a propriedade e o acesso à terra e ao crédito.

#### 4. A ECONOMIA, COMÉRCIO e POBREZA

“A Namíbia produz o que não pode consumir e o consome o que não produz” (Secretário Geral do Ministério do Comércio e Indústria, 2006).<sup>3</sup>

A economia da Namíbia depende fortemente do comércio e manteve conseqüentemente um regime de comércio liberal com o objectivo de integrar a economia nacional na economia de mundo. Isto explica o compromisso da Namíbia de conseguir o máximo benefício dos acordos económicos da parceria com o UE (pers. comunicação. Theo Uvanga, coordenador do MDG/GCAP, 2005).

A economia é altamente dependente da produção e da exportação de recursos primários. Estes sectores, particularmente mineração e pesca, não têm se dado bem ultimamente devido às flutuações do câmbio. As políticas económicas nacionais são guiadas pela manutenção de deficits no orçamento de menos de 3% e um débito de 25% do PNB, e ligar o dólar namibiano ao rand sul africano, com inflação em 6–7% por ano.

O banco de Namíbia relatou recentemente um declínio na economia porque o PNB cai 1.1% durante o 2º trimestre de 2005 comparado com os 4.1% registados entre Janeiro e Março do mesmo ano. O declínio recente é essencialmente devido ao desempenho pobre da maioria de sectores, combinado com as forças do mercado global. Um outro fator é a falha do govêrno em controlar despesas e um déficit estimado do fluxo de renda elevando-se a N\$491.7 milhões.

Namíbia tem uma renda média per capita anual em torno de US\$1790 e somente em renda é o 65º numa lista de 175 países. Entretanto, no Índice de Desenvolvimento Humano (IHD), que combina a renda com os indicadores da saúde e educação, Namíbia cai para a posição de 124. Isto reflecte a disparidade existente no mais recente coeficiente Gini na Namíbia de 0.7, indicando que Namíbia tem uma das distribuições mais desiguais de renda de qualquer nação.

---

<sup>3</sup> Declaração feita na sua apresentação sobre “Possíveis implicações da 6ª Conferência Ministerial da OMC” em 02 de março de 2006, Windhoek.

Embora Namíbia possa manter a segurança alimentar nacional através da produção doméstica e importações de alimentos, entretanto tem o desafio fundamental de promover a segurança alimentar familiar, em termos de permitir que a maioria dos pobres possam ter acesso e recursos disponíveis para o abastecimento de alimentos disponíveis através do mercado local. Mais de 600.000 beneficiários foram escolhidos para a distribuição de alimento em 2002/03. Para a maioria de namibianos pobre, a ajuda alimentar tornou-se uma significativa fonte de meios de subsistência, já que uma grande parte das famílias dispõem de poucos recursos e limitadas oportunidades para mudar sua situação. Muitos namibianos identificaram o desemprego e falta de oportunidades de trabalho como o maior problema em contribuir para a insegurança alimentar da família. As estatísticas mostram o seguinte:

1. Diz-se que a taxa de desemprego na faixa etária 20–24 anos é de 42%
2. 34% da força de trabalho está desempregada
3. O desemprego é maior nas áreas rurais do que nas áreas urbanas
4. O desemprego é mais elevado entre as mulheres (39%) do que os homens (31%)

*(Source: UNDP, 2004)*

Igualmente importante, a taxa da migração para as cidades é influenciada pela falta de oportunidades de emprego em áreas rurais. Mais mulheres (51.7%) migraram aos centros urbanos do que os homens (48.3%) nos últimos anos, e as mulheres são mais empregadas em trabalhos ocasionais, menos qualificados e com salários menores do que os homens (!Nara *A perspectiva da Igualdade de Gênero*, 2003). O impacto de um crescimento económico lento implica que os benefícios são limitados para o mais pobres, os desempregados e os mais vulneráveis. A única maneira em que um progresso poderia ser feito estaria em combinar as intervenções visando a promoção do crescimento económico enquanto se reduz a desigualdade da renda. Uma das formas pelas quais se pode criar mais trabalho e melhorar as condições de subsistência dos pobres é aumentar o comércio. Esta posição é mantida pela UE: “Quando os APEs se formarem nas disciplinas de OMC, elas irão simultaneamente além destas disciplinas a fim ajudar os ACPs no seu desenvolvimento económico e social, e na sua luta contra a pobreza”. (F.J. Ortiz de Zúñiga, (2001–2002.) EC Activity Review)

Entretanto, não há nenhuma garantia que os aumentos do investimento estrangeiro aliviarão ou erradicarão a pobreza. Isto é evidente pelas experiências da fábrica de Ramatex Textile, montada em uma Zona de Processamento de Exportações (ZPE) na Namíbia em 2000 sob o Acordo do Crescimento e Oportunidade de África (ACOA). Nesta planta, a maioria dos empregados são mulheres mas, por causa de seu status de ZPE, a fábrica tem empobrecido mais os residentes da cidade de Windhoek que têm que pagar suas contas de eletricidade e de água (a fábrica está isenta de pagamento). A cidade tem que recuperar estes fundos e o faz através de aumentos das tarifas de serviços ao menos duas vezes por ano. Além disto, a fábrica tem sido culpada de sérias violações da legislação trabalhista desde que começou. Pagam a maior parte dos trabalhadores namibianos um salário mensal entre N\$300–N\$400 (£35.7) enquanto os trabalhadores estão sujeitos a longas horas de trabalho, nenhum pagamento adicional por horas extras, por férias anuais ou benefícios como vale transporte, assistência médica, etc (pers. com., Theo Uvanga, NDT).

### **Desafios da pobreza**

A Namíbia, como muitos outros países na África Austral, enfrentam a devastadora combinação de três crises interligadas: SIDA, insegurança alimentar e capacidades institucionais fracas. As mulheres estão no coração desta crise. Esta “tríplice ameaça” mina o potencial de desenvolvimento dos países da região. A fim de revitalizar os prospectos de desenvolvimento, a propagação do HIV/SIDA deve ser interrompida (contida) e os impactos do SIDA devem ser mitigados a fim de parar a erosão da capacidade das famílias de se alimentarem e das instituições para fornecer os serviços essenciais. A segurança alimentar deve ser fortalecida para apoiar a imunidade, aliviar a pobreza face ao SIDA e fortalecer a capacidade familiar e institucional para poder tratar das crises. E, as instituições devem ser directamente mais fortes contra os impactos do HIV/SIDA para impedir o colapso da governança e da economia.

O governo tornou acessível a terapia de Anti-Retroviral (TEAR) e continua a intensificar a provisão da prevenção da transmissão mãe à criança (PTMC) para crianças seguras nascidas de mães com a infecção. O direito a um padrão de vida decente permanece um sonho para muitos namibianos. Um terço da população foi identificada como tendo necessidade de auxílio

humanitário de alimentos em 2003, e quatro em dez namibianos estavam vivendo abaixo da linha da pobreza. Entre as casas rurais, 58% habitam em estruturas de sapê ou estruturas de vidro, enquanto uma em três tiveram assoalhos de lama ou de argila, 77% tiveram acesso ao rádio, e somente 22% tiveram acesso a telefones e 2% aos computadores. Um quarto das casas e menos de 5% das casas rurais usavam a eletricidade como sua fonte principal da energia para cozinhar (PNUD, 2004).

Trinta por cento das casa vivem em pobreza relativa e 9% em pobreza extrema. A pobreza relativa e extrema são definidas como as casas que gastam 60 – 80% respectivamente de suas rendas totais em alimentos. O direito à saúde e a vida está cada vez mais sendo desafiada em consequência dos crescentes níveis de pobreza, o crescimento e disparidades da distorcida renda, e a pandemia HIV/SIDA.

Os desafios para realizar o direito à saúde e a vida incluem o lento progresso de redução da mortalidade infantil, as elevadas taxas de mortalidade materna, o crescimento da prevalência do HIV e a morbidez e mortalidade devido à malária e a tuberculose. A malária permanece a principal causa de doença e morte na Namíbia, com a TB em segundo e o SIDA na seguinte posição. (É preciso observar que TB não mata necessariamente e, portanto, as pessoas que morrem de TB devido à sua associação com o HIV/SIDA, apesar da maior parte dos atestados de óbito apenas indicarem TB como a causa morte em função do stigma)

### **Planeamento de desenvolvimento na Namíbia**

A agenda namibiana de políticas tem sido orientada pelos seguintes planos e processos estratégicos fundamentais, sustentados com os seus próprios recursos, mas também com o apoio técnico e financeiro dos parceiros nacionais, regionais e internacionais:

- A Estratégia Nacional de Redução da Pobreza e Programa de Acção
- A Política Nacional de Agricultura
- A Política de Igualdade de Género e o Programa de Integração dos Gêneros
- A Política Nacional de População
- A Política de Desenvolvimento Social

- Visão 2030

O elemento preliminar orientador é a Visão 2030 (Visão Namíbia 2030. Gabinete do Presidente, 2004), que visa transformar o país de renda média mais baixa em uma nação industrializada em 2030. A visão dá um ímpeto e significado para os tradicionais Planos de Desenvolvimento Nacional (PDNs), que articulam prioridades e fornecem um enfoque para o govêrno sobre o prazo de tempo dado. Desde a sua inepção em 1995, este planos identificaram a pobreza, desemprego e desigualdade de renda como as principais ameaças ao desenvolvimento económico.

Os objectivos nacionais orientando os planos de desenvolvimento da Namíbia são:

- Reduzir a pobreza
- Criar empregos
- Promover o fortalecimento económico
- Estimular e sustentar o crescimento económico
- Reduzir as desigualdades na distribuição de renda
- Reduzir as desigualdades do desenvolvimento regional
- Promover a igualdade e equidade de gênero
- Aumentar a sustentabilidade ambiental e ecológica
- Combater a propagação do HIV/AIDS

Duas intervenções chave, a estratégia da redução da pobreza e os objectivos do desenvolvimento do milênio, são discutidas abaixo.

### **Estratégia de redução da pobreza**

A estratégia da redução da pobreza de Namíbia é baseada em quatro áreas de prioridade consideradas críticas para a redução da pobreza. Elas são:

1. Criação de uma visão de longo prazo da Namíbia como uma nação próspera, com o desenvolvimento de uma capacidade do transporte e de manufacturas dentro de África Austral, investindo na educação e na saúde.
2. Maneiras novas gerar renda entre as comunidades pobres através da promoção da agricultura, turismo e desenvolvimento de pequenos à médios empreendimentos
3. Redes de apoio para os pobres e aqueles em risco.

4. O uso eficaz de recursos públicos através de melhor montagem e objectivo dos existentes programas, assegurando-lhes de que será intensificado o seu impacto na redução da pobreza.

A Estratégia de Redução da Pobreza reconhece que os interesses da pobreza são multidimensionais e sugere que o desenho dos projectos e programas deve ser baseado nos seguintes princípios chaves para assegurar que o impacto seja sustentável, efectivo, equitativo e eficiente:

- Estabelece mecanismos eficazes de monitoração e avaliação para que so possa valair o impacto das intervenções com a plena participação dos pobres
- Assegurar a contabilidade e transparência sobre a utilização dos recursos
- Fortalecer as capacidades e potencialidades existentes
- Promovee a cooperação inter-agência através de estruturas e procedimentos apropriados
- Organizar estratégias de eficaz comunicação através de atualizações do projecto, o progresso e relatórios de avaliação
- Promover a participação dos pobres nos processos politicos e administrativos para influenciar as diretrizes de políticas, prioridades orçamentárias e planeamento de programas, implementação, monitoração e avaliação
- Promover a boa governança para um eficiente gerenciamento dos programas de redução da pobreza
- Assegurar a harmonização de políticas ao evitar a duplicação
- Utilizar cuidadosas medidas de escolha de objectivos, que assegurarão a equidade, eficácia e eficiência em ajudar o mais vulnerável
- Assegurar a sensibilidade à questão do género ao garantir que sejam endereçadas as necessidades e o potencial das mulheres e dos homens

As mulheres e homens vulneráveis e pobres, jovens, famílias chefiadas por mulheres e todos do sector informal são os objectivos escolhidos do programa.

A primeira revisão do Programa Nacional de Redução da Pobreza foi feita em abril-julho de 2004. Ela revelou algumas limitações fundamentais:

- Não foram incluídos a questão do gênero e do HIV/SIDA no Programa de Acção
- Não foi tomada a informação de base exacta sobre alguns sectores, implicando que os indicadores e alvos foram baseados em suposições ao invés de factos, tornando difícil uma avaliação sobre o impacto
- A maior parte dos sectores não implementaram de forma eficiente o Programa devido à falta de capacidades (humana e financeira) dentro do sector
- Não foi feita uma coordenação para o planeamento, implementação, monitoração e avaliação do programa.

Embora o Programa de Acção de Redução da Pobreza claramente especifica a necessidade de se incluir a questão do gênero, o programa não indica como fortalecer o papel da mulher no sector agrícola, especialmente através de pesquisa e serviços de apoio, que por sua vez significa que a implementação dos APEs talvez não reduzam a pobreza porque nenhuma diretriz orientadora veio do existente programa.

### **Objectivos de Desenvolvimento do milênio**

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milênio são um dos instrumentos do núcleo para endereçar os múltiplos problemas da Namíbia em colaboração com seus parceiros de desenvolvimento. Namíbia fez progresso para alcançar um número de MDGs relacionado à educação, à representação das mulheres nas unidades de tomada de decisão, à saúde e ao acesso à água segura. Entretanto, as áreas tais como HIV/AIDS e de assistência ao desenvolvimento têm piorado enquanto o progresso tem sido lento em acessar e controlar os recursos, no fortalecimento das taxas de alfabetismo e das mulheres (ver anexo 5 para o progresso feito com os objetivos até a presente data).

Embora um claro progresso esteja sendo feito, a preocupação com o gênero permanecem sendo uma área de problema fundamental devido aos desequilíbrios de gênero e devido às actitudes culturais e sociais para com as mulheres e seus papéis na sociedade.

## 5. ACORDOS DE PARCERIA ECONÓMICA E O COMÉRCIO

Namíbia é membro de dois agrupamentos regionais: SACU (União Aduaneira da África Austral) e da SADC (comunidade de desenvolvimento da África Austral). Todos os países destes grupos pertencem ao grupo Países da África, Caribe e Pacífico (ACP) e também são membros do Acôordo de Cotonou. O Acôordo de Cotonou concede às ex-colônias europeias um peferencial de acesso non-recíproco aos mercados europeus. Isto originou criação de Acordos de Parceria Económica (APEs), que pede pela liberalização do comércio entre os países da UE e do ACP.

O Acôordo de Parceria Econômica tem três objectivos:

- (1) Desenvolvimento Económico
- (2) Redução e eventual erradicação da pobreza e
- (3) A suave e gradual integração dos estados ACP dentro da economia mundial.

O racional desta aproximação da UE é que os APEs facilitarão a integração econômica dos países ACP e assegurarão o desenvolvimento econômico e social sustentável, que eradicará eventualmente a pobreza. Uma reciprocidade de Mercado também está prevista para aumentar a concorrência e levar a um crescimento económico. Os APEs também reduzirão e, eventualmente, erradicarão a dependência no doador, característico do relacionamento tradicional UE-ACP. Isto pode ser traduzido em cooperação para o desenvolvimento (auxílio financeiro e técnico), o comércio (através de APEs), nas dimensões políticas e de governança democrática, incluindo a igualdade do gênero. O acôordo faz a referência explícita do gênero ser incluído em todos os processos, projectos, programas e actividades estratégicas.

A respeito do acesso ao mercado da União Europeia, a maior parte das exportações básicas de minério da Namíbia têm acesso livre de impostos no mercado da União Europeia, não obstante o regime comercial em vigor no local. Estas exportações, que somam mais de 25% das exportações da Namíbia, na sua maior parte não serão afectadas pela futura natureza dos arranjos comerciais com o União Europeia.

Entretanto, na União Européia, a agricultura e a pesca são vistos como sensíveis e, conseqüentemente, levados a uma alta protecção tarifária e mesmo de limitações quantitativas dentro das preferências de comércio que são geralmente usadas para controlar o acesso aos mercados europeus. De acordo com essa perspectiva, as principais questões que a Namíbia enfrenta ao negociar futuros acordos comerciais com a União Européia incluem:

1. Manter as tarifas preferenciais existentes para a exportação de carne após 2008
2. Manter a tarifa preferencial existente para a exportação da pescal, dentro da existente estrutura de políticas
3. Melhorar as preferenciais comerciais existentes para os productos da carne, permitindo uma tarifa de imposto, cota e especial exportação livre de importaos para umas maior variedade de productos da carne, sem que hajam excessivas restrições administrativas e sanitárias.

As negociações da APE compreendem também tópicos tais como as compras de govêrno, a protecção da propriedade intelectual, o investimento e os serviços. A UE tenta empurrar estas questões em uma base bilateral já que não a pode com a OMC. (Stevens, 2003, "Multilateralismo, Regionalismo, Bilateralismo: Que Maneira?") Para evitar a longa extensão de países de SADC em negociações de comércio múltiplas, bem como a impressão de que as APEs sejam mais uma ferramenta tipo neo-colonial, a UE tem que ter um forte auto interesse em apoiar os países da África Austral para montar capacidades em áreas relacionadas o comércio e para promover suas capacidades institucionais.

### **Principais desafios para a Namíbia nas negociações APE**

O que segue são características essenciais da situação namíbia, que irá afectar a natureza da participação da Namíbia no processo APE, bem como em outros arranjos nacionais e bilaterais.

#### **Aumento da concorrência**

Alguns defensores do gênero, pesquisadores, analistas de comércio e observadores interpretam o objetivo dos Acordos de Parceria Económica como sendo o de ter acesso não restrito de produtos do EU dentro dos países

ACP, tanto que os produtores, os fabricantes e os prestadores de serviços locais enfrentarão a competição das importações e das companhias européias subsidiadas (APRODEV, 2003).

Além disto, também deve ser levado em conta que, enquanto a introdução de uma base recíproca de acesso livre de direitos para exportações da UE traria benefícios econômicos, ela poderia também envolver custos econômicos. Os benefícios poderão incluir:

- Tornar as importações mais baratas, beneficiando os consumidores e comerciantes
- Tornar as importações de bens intermediários mais baratas, beneficiando alguns processadores e manufacturas
- Estimular padrões mais competitivos de produção dentro dos países ACP.

Entretanto, as desvantagens podem incluir custos de ajuste, que sobem quando as indústrias anteriormente protegidas estão produzindo para os mercados local, nacional e regional e enfrentam a concorrência de productos livres de impostos, encontrando-se incapazes de competir. Se este problema de falta de competitividade não fôr endereçado, poderá levar ao fechamento de fábricas, de fazendas e da perda de empregos. A extensão destes impactos dependerá da habilidade das indústrias de responderem a este aumento de concorrência. aumentada.

A maioria dos países ACP têm populações pequenas, estão distantes dos mercados europeus e enfrentam importantes limitações para desenvolverem suas estruturas de comércio e de produção. A teoria econômica geral sugere que, onde a integração do mercado ocorre entre países geograficamente distantes, os benefícios tendem a resultar desproporcionalmente ao lado mais desenvolvido, enquanto os custos tendem a ser repassados em igual proporção pelo lado menos desenvolvido.

Como resultado da natureza desenvolvimentista das economias ACP, uma série de limitações são impostas aos produtores ACP em seus esforços produzir competitivamente para os mercados mundiais. Estas limitações incluem a incerteza do fornecimento de utilidades públicas (eletricidade e água), pobres infraestructuras públicas (rodovias e estradas de ferro mal

mantidas), as fracas estruturas institucionais e de políticas, que conduzem à flutuações das taxas de câmbio, elevadas taxas de inflação e de juros, e baixa produtividade do trabalho (provindos do baixo nível de educação, de assistência saúde e moradia).

Namíbia está com um deficit na produção de alimentos do país em termos da produção do cereal, e tem que importar algum alimento para suplementar a produção local do mesmo; isto já tem implicações para as mulheres camponesas, que mantêm o sector da produção de colheita do subsistência, que actualmente é marginalizado. Importar productos subsidiados da UE e de outros lugares diminuirá ainda mais as iniciativas locais que tentam melhorar os actuais níveis da produção, mesmo se somente para o consumo interno. Consequentemente, a pergunta é se os actuais processos de negociação consideram possíveis estratégias para atenuar para as indústrias de processamento agronômico, fortalecendo as districtos supervisionados das comunidades, etc.

### **Perda de receitas da importação**

O existente acordo de livre comércio entre a UE e a África do Sul (veja caixa 3) resultará na progressiva introdução do acesso livre de impostos para cerca de 86% das atuais exportações da UE para o Mercado do SACU, incluindo a Namíbia. Isto implicará na introdução de comércio livre de impostos em 83% das actuais exportações agrícolas da UE.

A perda do rendimento pelos países de SADC ao executarem a reciprocidade nas relações comerciais com seu principal parceiro comercial será o problema principal. Os impostos sobre importações são ainda a principal fonte de renda para a maioria de países de SADC, e as perdas de rendimento devido às EPAs são estimadas para serem substanciais (McKay e outros., 2000; Centro Comercial). Além disto, as origens das importações têm que ser verificadas, o que requer uma suplementar perícia administrativa. A UE deve conceder assistência aos países para melhorarem seus sistemas de processamento aduaneiro, re-estructurando suas fontes da renda, e se deslocar para a taxação indirecta.

Namíbia é um de poucos países no mundo que aloca mais de 20% de seu orçamento anual aos serviços sociais. As mulheres constituem a maioria da

população que se beneficia da provisão dos serviços sociais tais como a saúde e a educação etc. As perdas antecipadas do rendimento devido à SACU arrisca reduzir a tão necessária provisão de serviços sociais.

### **Inclusão de participantes não-estatais**

A presença de elementos não-estatais (ENEs), incluindo as organizações de mulheres, não é visível nas atuais negociações. Em termos do consultoria, o Fórum de Comércio da Namíbia foi estabelecido o ano passado, havendo encontros em dezembro de 2005 e novamente em março de 2006, e um número de ENEs compareceu à reunião, incluindo o Consórcio de Desenvolvimento da Namíbia, a Sociedade Económica Nacional, representantes do sector privado e parceiros comerciais. Entretanto, o Fórum de Comércio Nacional carece de representação do Ministry da Igualdade de Gêneros e Bem-Estar da Criança e das essenciais ONGs da mulher, como do Gender e do bem-estar e da chave da criança tais como a Acção da Mulher para o Desenvolvimento. O resultado é que o processo de negociação dá mais enfoque nos interesses de nível macro e intermediário de acesso ao mercado, de reciprocidade, de subsídio etc. mas não entra em discussões sobre o que implica para os pobres. Entretanto, a nível regional, o chefe da equipa de negociação de APE é uma mulher, baseada no secretariado de SADC em Botswana e o ministério chave (Comércio e Indústria) tem um número de mulheres nos directorios estratégicos (Relações de Comércio Internacional e a divisão da Política Comercial).

O processo da negociação contribuirá apenas para o crescimento econômico, redução da pobreza, e terá outros benefícios se as discussões e intervenções nacionais pelo governo puderem levar em consideração questões de nível micro, tais como o papel da mulher no desenvolvimento de pequeno estoque, do sector informal, bens e serviços, etc.

É verdade que o governo apenas facilita a agenda comercial e que o sector privado tem um papel chave nisto. No entanto, é necessário que no seu papel de facilitador, o govêrno apoie pró-activamente as organizações baseadas na sociedade civil que geram atividades geradoras de renda para o fortalecimento da mulher e também assegurem que sejam ouvidas. Em princípio, o sector privado está interessado em fazer lucro e concorrência,

mas a agenda de desenvolvimento social não deve ser negligenciada neste processo.

### **Tratado dos subsídios agrícolas**

Os subsídios agrícolas em países desenvolvidos são obstáculos ao livre comércio com os países em desenvolvimento. Os governos em países ricos estão pagando acima de \$300 bilhões anualmente para subsidiar os seus sectores agrícolas, seis vezes a quantidade total de ajuda para ps países em desenvolvimento (ACTIONAID, Nota a Imprensa, agosto de 2002). As regras da OMC permitem os países da OECD forneçam uma enorme assistência para o seu setor agrícola. Isto é exacerbado pelo facto de que os países ricos são vistos aumentando estes subsídios enquanto os países em desenvolvimento estão sendo forçados ao mesmo tempo para reduzirem ou eliminarem os seus subsídios sob a pressão dos doadores internacionais. Estes subsídios simplesmente aumentam a lacuna entre os países ricos e pobres. Na Namíbia, a desigualdade da renda já teve o seu efeito. Essencialmente, os subsídios agrícolas irão:

- prejudicar a subsistência dos pobres e pequenos camponeses
- distorcer o comércio e levar à uma redução dos preços
- fazer dos productos agrícolas da UE artificialmente competitivos nos mercados mundiais
- resultar na imposição de productos à preços subsidiados em países pobres.

### **Atendendo os requerimentos sanitários**

O país tem estado preocupado sobre os padrões do UE para os productos de carne como uma potencial barreira potenciais ao comércio. Em resposta, a CE tem apoiado os projectos do desenvolvimento de capacidade relacionados às exigências sanitárias e fitosanitárias, assim como campanhas da conscientização e informação sobre oportunidades fornecidas através de discussões regionais e multilateral. Para dar mais apoio à uma maior liberalização do comércio, um número de intervenções de programa foram feitas, incluindo o Programa de Comércio e de Integração Regional da Namíbia, o Programa de Sustentação da Integração Económica em apoio do SACU e do Programa de Sustentação dos Serviços Agrícolas da Namíbia. O ultimo programa expande a comercialização agrícola e monta a capacidade

da Namíbia para negociações do comércio agrícola, incluindo assistência à organizações de camponeses para promover o diálogo público. Igualmente importante, o novo programa de redução da pobreza rural do programa EDF 9, que visa montar a capacidade institucional para o desenvolvimento rural, o desenvolvimento de infrastructures (estradas, abastecimento de água) e o desenvolvimento de negócios de pequenos porte (projectos na propriedade ou fora dela) para famílias pobres. Ele dá ênfase na inclusão do gênero, das preocupações com o HIV/SIDA e do meio ambiente em todos os processos de formulação, implementação e avaliação do programa.

### **Impacto dos acordos de comércio regional**

A Namíbia não é somente afectada pelo impacto da liberalização dos acordos do qual parte, mas também através da sua associação com o SACU, sentindo o impacto do Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação (ACDC) entre a União Europeia e a África do Sul (ver caixa 4). O ACDC levantou preocupações sobre a perda do rendimento alfandegário canalizada através do SACU e do aumento da concorrência.

#### **Caixa 4. Desenvolvimento do Comércio e Acordo de Cooperação**

Quando África do Sul participou em um Acordo de Livre Comércio (ALC) com a União Europeia em 2000, o Acordo de Desenvolvimento do Comércio e Cooperação (ADCC) travou países vizinhos do Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia (os países de BLNS) em sua programação de liberalização com a UE. Embora as relações de comércio dos países BLNS com a UE estejam fixas sob o acordo de não-reciprocidade de Cotonou, eles têm que implementar a programação de liberalização do ADCC. Os países BLNS não têm a capacidade de monitorar as importações indiretas da UE em seus países. Além disso, o comércio é suposto fluir livremente dentro da SACU e não será interrompida por controles de comércio inter-regional.

A programação de liberalização de ADCC implica em diversos desafios para países BLNS, tais como perdas substanciais do rendimento e aumento da concorrência nos mercados europeus e sul-africano por diversos produtos, tais como frangos, laticínios, produtos baseados em farinha, frutas enlatadas e geléias, e produtos com açúcar. Como o ADCC deixa claro, nenhuma medida adicional de protecção será discutida mas apenas uma maior liberalização, e não há forma dos BLNS negociarem sobre isto exceto a opção de melhorar a provisão de salva-guardas para o ADCC. Isto é importante devido ao facto dos países BLNS serem largamente dependentes do sector agrícola, que é visto como um fator importante para atenuação da pobreza (Banco Africano de Desenvolvimento 2002)

Atualmente, os países de BLNS não podem solicitar directamente por medidas de protecção sob o ADCC, mas somente através de África do Sul (ADCC, Art.24.3). A ascensão oficial ao ADCC melhoraria, conseqüentemente, a habilidade dos países BLNS de defenderem o seu sector agrícola em caso de algum 'distúrbio sério' através das importações europeias (ADCC, arte 16).

Espera-se que a redução dos rendimentos aduaneiros irão negativamente afectar a balança de pagamentos da Namíbia (BdP) e o nível de reservas

estrangeiras. A queda do rendimento do SACU trará severa pressão fiscal e poderá acarretar o aumento dos déficits orçamentais e dívidas públicas.

A análise até a presente data sugere que os seguintes sectores que produzem para os mercados local e regional na Namíbia poderiam ser adversamente afectados pela implementação do acordo de comércio UE-África do Sul:

- carne e productos derivados da carne
- laticínios
- farinha
- productos derivados da farinha, cerveja
- álcool especializado

Neste sentido, este estudo irá recomendar uma série de medidas para minimizar os efeitos adversos resultantes de um decréscimo na renda aduaneira do SACU, incluindo uma redução e fortalecimento do sistema de rendimentos e reforma dos impostos.

Uma Força Tarefa Preparatória Regional da SADC-CE foi montada para assegurar que existam interligações e complementariedades entre as estratégias de desenvolvimento e as APEs. A principal função da Força Tarefa é a de identificar quais são as principais limitações/necessidades e as traduzir em programas de assistência ao desenvolvimento. Igualmente importante, o Programa de Apoio à Integração Económica para o SACU foi intensificada em 2005, e forneceu assistência para estabelecer o secretariado e o Conselho Tarifário em Windhoek, e um Tribunal *ad hoc* e Órgãos Nacionais, como também fornecer apoio aos estados membros e o sector privado a endereçarem os possíveis impactos do Acordo de Comércio e Cooperação ao Desenvolvimento entre a UE e a África do Sul. .

## **6. IMPACTO NA MULHER: o caso de estudo do sector pecuário<sup>4</sup>**

As questões levantadas no processo da negociação do APE, tal como o acesso do mercado, reciprocidade, concorrência em produtos sensíveis e os subsídios, parecem muito remotos das lutas diárias da mulher rural com a

---

<sup>4</sup> Observe que esta secção foi prejudicada pelo facto de que os dados desagregados de género sobre o papel da mulher no sector agrícola, e especificamente na indústria da carne, não existem ou estão desatualizados.

violência baseada no gênero, HIV/SIDA, cuidando dos órfãos e crianças vulneráveis, e famílias snedo chefiadas pela mulher. A mulher foi parte do processo eleitoral, escolhendo os seus líderes para melhorar a sua vida e, portanto, tem o direito a beneficiar-se e ser ouvida nas discussões comerciais, Mas o autal processo está a excluindo.

Não está claro qual o impacto de APEs nos meios de subsistência dos pobres, especialmente as mulheres rurais que formam a base da agricultura de subsistência. Há poucas estatísticas disponíveis sobre o envolvimento da mulher nas exportações e importações namibianas, ou em funções de gênero no sector agrícola, propriedade de gado ou actividades de comércio local da mulher.

Entretanto, as mulheres rurais que entrevistamos em Okakarara como parte deste estudo, expressaram receio sobre os novos acordos. As mulheres indicaram que a pobreza aumentaria, já que a sua fonte da renda provém da venda do gado será reduzida. Sem renda, elas não teriam recursos para cuidarem de suas famílias. As mulheres já são desproporcionalmente afectadas pela pobreza; as injustas políticas comerciais podem fazer com tenham uma maior insegurança alimentar e vulneráveis.

Os desigualdades de gênero nas famílias, nas empresas e nos mercados mediam as respostas sobre a liberalização de comércio. A análise contextual é fundamental porque existe uma maior demanda para o trabalho flexível da mulher em muitos contextos (questões de qualidade/quantidade). A mulher poderá enfrentar maiores limitações do que o homem em se deslocar para os 'tradables'. A produção para o mercado pode prejudicar a segurança alimentar familiar e as desigualdades de gênero poderão ser utilizadas para aumentar a competitividade do comércio através de salários mais baixos.

Há vários desafios em compreender os vínculos comércio-meios de subsistência, e é difícil isolar os efeitos da política de comércio. A análise de comércio e a contextualizada análise das condições de vida dão uma visão parcial dos vínculos e poderão não olhar a questão do gênero. Conseqüentemente, dar valor à análise em sequência poderá ajudar a ilustrar os resultados para os meios de subsistência da mulher.

No entanto, uma simples visita de campo mostra qual a posição da mulher na economia e o grau de limitação de acesso à sua actividade productiva e de controlo sobre os recursos. O documento Visão 2030 (2004) afirma que “Há fortes indicações das desigualdades de relações entre mulheres e homens em termos de condicionamento e posicionamento”. Dados salientam que a mulher está sub-representada nas profissões de domínio masculino, onde a sua participação na força de trabalho é de 49% comparada ao do homem (60%). Igualmente, as famílias chefiadas pela mulher estão em condição mais difícil que as chefiadas pelo homem, e a mulher logra diversas obrigações ao mesmo tempo. A questão é se os APEs irão remover estas obrigações ou agravá-las?

### **A mulher na agricultura**

De acordo com o censo de 1991, as mulheres somam 59% do total que estão empregados no trabalho agrícola competente ou de subsistência. Este trabalho emprega mais de 70% de mulheres rurais classificadas como empregadas. Enquanto o censo de 1991 levava em consideração pela primeira vez a agricultura de subsistência, ele não captou a plena participação da mulher na força de trabalho, já que negligenciou a participação de muitas “domésticas” (22.4% de mulheres que estão classificadas como não economicamente activas) na agricultura e em outras actividades productivas.

Uma comparação sobre o status de emprego da população economicamente activa em áreas rurais mostra que muito mais mulheres do que homens trabalham por conta própria ou são trabalhadores não pagos da família (FAO, 1995).

Já que as mulheres em princípio estão envolvidas na agricultura de subsistência em pequenos lotes, poucas são representadas nas associações de camponeses comercialmente orientados tais como União Agrícola da Namíbia (UAN). A mulher compreende de 30 a 60% das associações afiliadas da União Nacional dos Camponeses da Namíbia (UNCN) estabelecida em 1992 para os camponeses comunais cujas actividades, entretanto, são essencialmente dirigidas no marketing e excedente de produção ao invés de um melhoramento da produção do alimentos e processamento alimentar para a mulher camponesa.

A maioria dos camponeses pretos residem em áreas comunais, onde as autoridades tradicionais concedem o direito de usufruto às famílias para a produção de colheita, pastagem e o acesso ao pasto comum. As mulheres rurais ganham o acesso indireto através dos homens como esposas, filhas e irmãs. A segurança da sua posse está em risco devido às tradições discriminatórias do casamento e sistema de herança.

Em média, as famílias chefiadas pela mulher possuem menos cabeças de gado e, mais provavelmente, nem possuem animais e, portanto, ter menos acesso aos benefícios da pecuária: alimento, rendimento pela venda dos animais, carne e produtos derivados, esterco para o fertilizante, poder na seca, e status social e cultural.

Historicamente, a extensão agrícola e os serviços serviram aos interesses e às necessidades de fazendeiros comerciais. Embora algumas etapas tenham sido reorientadas para apoiar os agricultores de subsistência, poucos programas já levam em conta as actividades e prioridades das mulheres camponesas. Há muito menos mulheres extensionistas do que homens, a a mulher compreende uma percentagem menor das matrículas em colégios agrícolas.

Os esforços promover a consciência e a sensibilidade de gênero entre planeadores e formuladores de políticas do govêrno incluem uma iniciativa para treinar funcionárias em ministérios chaves, incluindo MAWRD e a Comissão Nacional do planeamento (CNP) em fazer planeamento sensível à questão do gênero. O Escritório Central de Estatísticas do CNP planejou uma estratégia para gerar, analisar, apresentar e disseminar estatísticas específicas sobre o gênero.

A Unidade de Pesquisa de Gênero no Centro de Pesquisa da Universidade da Namíbia promove a contínua pesquisa e debate de políticas sobre a questão do gênero. Uma iniciativa para integrar a mulher em programas de desenvolvimento agrícola inclui o desenvolvimento do levantamento de dados sensíveis à questão do gênero e treinamento funcionários de campo em análise socio-econômica e gênero.

## Caso de estudo: o sector da carne

A indústria da carne tem um papel importante na economia namibiana. A indústria da carne emprega cerca de 70% da população do país e ganha um desconcertante 11.5% do PNB e 25% das divisas da Namíbia. Assim sendo, a Namíbia se compara bem com os países produtores de carne como a Austrália, a Nova Zelândia e a Argentina (Roger Paskin, pers. comunicação., Junta de Carne da Namíbia). Estima-se que os camponeses comunais mantém 64% do rebanho nacional do gado (WFP, 2003), implicando que têm um papel importante em manterem o comércio de exportação para a pecuária. Quase um terço de toda a carne exportada vem das áreas de cultivo comunal.

**Tabela 1. Produção de carne e estatísticas de exportação**

Item	Valor/Estatística
Total do gado	2.5 milhões
Total das ovelhas e carneiros	4.2 milhões
Total gado/produção da carne (toneladas)	85,249
Valor da produção total (N\$)	1,206,758,987
Total rebanho/exportação da carne (toneladas)	70,412
Valor das exportações (N\$)	990,818,478
Valor das exportações (US\$)	93,473,441
% da produção exportada	82.6%

*Fontes: Central da Carne da Namíbia, Diretório Namibiano de Serviços Veterinários e Escritório Central de Estatística*

A boa condição da carne/indústria da carne é atribuído ao seguinte:

- Sistema extensivo de criação: uma grande parte da Namíbia está coberta por pastos que são adequadas como pastagem natural.
- Baixo índice de doenças, com internacionalmente reconhecidas zonas livres de febre aftosa e um status BSE favorável
- Boa infraestrutura em termos de transporte, comunicações e marketing
- Um bem organizado sector agrícola
- Custo de mão-de-obra razoável

(Fonte: Roger Paskin; FAN)

A pequena população da Namíbia não pode absorver toda a carne produzida no país e, portanto, os produtores de gado namibianos estão voltados para a exportação. Atualmente, a Namíbia tem uma cota de 13,000 toneladas sob o acordo preferencial de comércio com a UE que termina em 2007. O mercado da UE consome 40% das exportações de produtos de carne da Namíbia.

O efeito de exportar a carne para os mercados lucrativos da UE sobre um período de 10 anos foi positivo para a indústria da carne, estimulando investimentos, por exemplo, no matadouro de Oshakati, o Tannery de Okapuka (N\$33 milhões, criando 84 empregos), o MeatCo Feedlot (4.1 milhões e 18 empregos), Tannery novo (4.5 milhões e 43 empregos) (Junta de Carne da Namíbia – relatório anual 1989–2001). O resultado deste comércio levou à uma eficaz transformação estrutural do sector de carne de Namíbia, de um especializado na exportação de animais vivos para uma indústria mais madura, que abate mais animais localmente e enfoca fortemente em mercados de exportação sofisticados (Esquema Assegurado da Carne da Namíbia, 2002)

Liberalizar a indústria da carne tem implicações para o negócio de exportação da carne. Namíbia tem que seguir com as exigências complexas das exigências sanitárias e fitosanitárias (SPS) e dos outros factores do mercado europeu sempre em mudança. A tendência dos eventos é positiva no exemplo de Namibian como visto nas pesquisas mais à frente.

Na UE, tanto os produtos agrícolas como os da pesca são vistos como sensíveis e, conseqüentemente, tem altos níveis de proteção tarifária e até mesmo restrições quantitativas dentro das preferências comerciais são em geral utilizadas para gerenciar o acesso ao mercado da UE. Isto implica que, nas futuras negociações sobre o livre comércio, a Namíbia terá que levar em contas as seguintes considerações:

- manter as existentes tarifas preferenciais para a exportações da carne após 2008
- manter as existentes tarifas preferenciais para a exportações do pescado. Dentro da estrutura de políticas da Namíbia, não se contempla um acordo de pesca Namíbia – UE

- melhorar a existente preferencia comercial para os productos da carne, permitindo tarifas aduaneiras, cotas e especial exportação livre de impostos para uma maior variedade de productos da carne, sem o excesso de restrições administrativas e sanitárias

### **Okakarara: o papel da mulher e do homem na comunidade criadora de gado**

Não há dúvida que as APEs se beneficiarão da indústria namibiana da carne como um todo, mas é um diferente cenário para a mulher rural. Apesar da criação de gado constituir uma importante actividade económica para muitas famílias rurais, a produção da carne continua a ser um sector dominado pelo homem na Namíbia quando se trata da propriedade da terra, da negociação de preços e venda a intermediários como a MeatCo. O papel da mulher se restringe à pastagem e criação, e a maior parte não possuem seus próprios rebanhos. Portanto, elas são mais proeminentes na criação de animais de pequeno porte, o marketing informal, projectos geradores de renda e produção local de bens e serviços. O potencial para o fortalecimento da mulher rural nestas áreas poderia portanto servir como uma pedra fundamental do fortalecimento económico da mulher com relação ao comércio da carne.

Uma série de factores justificam a necessidade de incluir o gênero nos acordos de comércio e planeamento do desenvolvimento rural. Neste estudo consultamos com mulheres e homens numa das áreas de criação de gado, a região de Otjozondjupa Region no Okakarara. Neste estudo, comparamos o papel da mulher e do homem (tabela 1) do sector de rebanhos e exploramos suas angústias e preocupações.

Os muitos valores culturais vinculados ao gado significam que muitas famílias são reluctantes de venderem o seu gado. Acesso e controle sobre os recursos como a terra e outros bens productivos tendem a ficar sob o domínio do homem, e isto tende a influenciar o processo de decisões quando se trata da venda de cabeças de gado e uso da renda obtida. No entanto, em seu próprio direito, as famílias chefiadas por mulheres têm o seu próprio gado e podem efetuar vendas no mercado local.

### **Tabela 1. Papel da mulher e do homem na produção de gado**

<b>Mulher</b>	<b>Homem</b>
Ordenha e fazendo banha do gado	Propriedade do gado
Levando o gado para a pastagem	Vacinando contra o Anthrax e Brucelose, vermes e carrapatos
Assistir na marcação	Alimentar o rebanho
Vender gado em leilões, negociar preços	Tentar produzir productos e colocando marum rebanho de qualidade, que poderão gerar um grande lucro
Injectar o gado, e dar tratamento quando estão doentes	Tirar os chifres, castrar, colocar marcas de propriedade ou marcas de ouvido
Alimentar e fornecer pontos com água	Jardinagem
Levar o rebanho par pastos durante dias ou meses	
Gerenciar o rebanho sem o marido	
Comprar gado e ser proprietária do mesmo	
Terem a sua própria marca	
Actividades geradoras de renda como jardinagem e costura	
Cuidando das responsabilidades domésticas	

Vimos em nosso estudo que, de maneira geral, a mulher é responsável pela manutenção do bem-estar da família em termos de educação, saúde, alimentação, apoio à escola, etc. Se a chegada de productos de carne da IE baratos, que reduzem a renda ou suprimem o crescimento da indústria do gado, a mulher e sua família serão levados a não ser que estratégias para aliviar sejam colocadas em cursos para minimizar os potenciais impactos das APEs. Este ponto é claramente ilustrado pelos resultados das discussões dos grupos de enfoque e confirmado pelos estudos feitos pelo Eurostep: “A promoção da liberalização comercial acarretará uma significativa perda de empregos no países ACP, particularmente os sectores agrícolas onde as pessoas, principalmente as mulheres, já estão vivendo com rendas baixas” (Edição especial – junho de 2004, Stop EPA, site internet:

<http://www.eurostep.org/pubs/tradestudy.pdf>).

Nosso próximo passo será o de compreender como a mulher e o homem gastam o renda que conseguem da venda do gado. Nosso objectivo foi o de saber quais os itens prioritários de despesa que podem ser adversamente afectados uma vez que os preços ou actividade productiva declina. As áreas de despesa essencial são vacinas, taxas escolares, abastecimento de água e sobrevivência básica (Table 2).

**Tabela 2. Áreas prioritárias de despesa (em ordem decrescente de prioridade)**

<b>Mulher</b>	<b>Homem</b>
Vacinas para o gado/rebanhos pequenos	Taxas escolares
Taxas escolares	Contas de água
Alimento	Subsistência diária
Comprando água	Alimentando e vacinando o rebanho
Vestuário	Trabalhadores
Diesel para água	Mortes na família/enterros
Médicos/medicamentos	Furto de estoque e viagens feitas para leilões
Sapatos	Abastecimento
	Reparo dos estábulos

Apesar do facto da indústria da carne ter um papel importante na economia da Namíbia ao contribuir com 11.5% to PNB, o papel da mulher neste muito lucrativo comércio de gado permanece mínimo e invisível. Eles estão em grande parte envolvidos em actividades domésticas tradicionais; a falta de bens naturais, as barreiras sociais e restrições causadas pelas instituições e processos não as permite a plena participação e propriedade neste universo tradicionalmente dominado pelo homem.

Apesar da mulher não directamente e significativamente abastecer e beneficiar do Mercado da UE, através do trabalho contribuem para o mercado local intermediário, que por sua vez engora e exporta este gado. O aumento da demanda por carne da Namíbia através das APes poderão, no entanto, aumentar a carga já pesada de trabalho da mulher, nas medida que tratam da pastagem e criação do gado fornecido para o mercado local. Se a capacidade delas não é montada através da propriedade de rebanhos, gerencia e marketing, elas permanecerão marginalizadas e as APes poderão piorar ao

invés de melhorar suas condições de vida, especialmente se elas não são capazes de compartilhar os benefícios e a renda gerada através do comércio da carne.<sup>5</sup>

Mantivemos discussões com grupos de mulheres, dando enfoque em duas áreas:

1) O que significará o aumento das importações da UE para a Namíbia para os camponeses locais?

- Trará a pobreza porque não haverá venda independente, não de pagarão taxas escolares, a fome, forçado a vender o gado a preços mais baixos, “muita carne aqui, será levar ou deixar”.
- Excesso de pastagem: o país já enfrenta a situação de ser grande a sua capacidade de rebanhos, e que haverá portanto problema com o gerenciamento da propriedade e do gado.
- A economia declinará porque não estamos vendendo, apenas comprando, sem carne fresca, os preços cairão e a demanda será de menor impacto.

2) Quais as condições essenciais necessárias se eles. Como produtores, irão aumentar a sua produção para que a Namíbia possa competir à níveis regional e internacional?

- Deve ser dado à mulher o direito de determinar e discutir preços.
- A união dos camponeses de Okakarara deve ter a sua capacidade montada para que possa assistir os camponeses e agir em defesa deles. Os camponeses se sentem muitas vezes enganados pelas instituições intermediários para as quais vendem o seu gado.
- O governo precisa facilitar o acesso ao Mercado através do transporte para leilões bem como colocando os pontos de água mais próximos das casas.
- Precisam ser aumentadas as oportunidades de geração de renda e as redes de segurança.

---

<sup>5</sup> Levar em conta que com o membro da família envolvida nesta actividade, a distribuição intra-família dos ganhos das vendas aumentam directa ou indirectamente o benefício da mulher.

## **7. Conclusões e recomendações**

Diz-se que a liberalização do comércio deverá melhorar livre movimento de bens, aumentar a especialização do aumento de acordo com a vantagem comparativa de um país, conduzir a um alocamento de recursos mais eficiente, dar um impulso nas saídas e renda e beneficiar os consumidores. Entretanto, para que este potencial seja inteiramente realizado, as políticas de comércio necessitam levar em conta as circunstâncias culturais e sociais que podem impedir alguns membros da sociedade, particularmente as mulheres, de apreciar os benefícios que o comércio tem para oferecer. Quando a política de comércio é feita para maximizar as oportunidades económicas para ambos os homens e mulheres pobres, o comércio traduzirá em aumentos reais nos dos padrões de vida e, finalmente, a sustentável redução da pobreza (Gênero & desenvolvimento, edição 17 de INBRIEF, janeiro 2006. IDS).

Este estudo, apesar de sua limitação, demonstrou que as actuais discussões do APE focalizam principalmente nas questões em nível macro, sem considerar suas implicações à nível micro. Isto é em parte devido à ausência de organizações da sociedade civil no processo de negociação e também à falta da capacidade dentro do país para monitorar a aplicação e o impacto do APE. Uma das estratégias chaves pela qual o impacto negativo de APEs nos meios de subsistência da mulher pode ser minimizado ou erradicado completamente será através da montagem de capacidade e do também fortalecimento dos outros setores económicos em que a mulhere está envolvida. O estudo começou também demonstrar que o aumento no comércio não alivia por si só a pobreza.

As seguintes intervenções estratégicas serão necessárias para assegurar que os APEs podem aliviar a pobreza e ajudar a melhorar a vida da mulher:

### **Uma compreensiva estratégia de desenvolvimento rural**

Para que se possa endereçar as necessidades da mulher rural e de outros grupos vulneráveis, uma compreensiva estratégia de desenvolvimento rural é necessária com os seguintes objectivos:

- Aumentar o emprego rural através de empreendimentos de pequeno porte
- Melhorar o gerenciamento de pequeno rebanho, e melhorar a participação da mulher no mercado regional de carne, bem como o de bens e serviços
- Melhorar a rede de segurança para os grupos vulneráveis e investir em recursos humanos
- Fortalecer os processos de avaliação das necessidades da comunidade, planejamento, monitoramento e avaliação

Igualmente, para se revelar a magnitude do problema enfrentado por famílias chefiadas por mulheres no contexto rural, a estratégia de desenvolvimento rural deverá ser baseada numa análise dos problemas sob a perspectiva de gênero. Isto significa utilizar técnicas de análise de gênero para a colecta de dados e incluir as questões de gênero no planejamento de projectos. As leis discriminatórias devem ser eliminadas/emendadas para assegurar que as mulheres tenham igual acesso ao crédito e direitos à terra. Para isto, uma maior apoio deverá ser dado ao Comitê da Mulher e Reforma da Lei.

Outras secções da economia, por exemplo ofícios, gerência das reservas animais, turismo, aquacultura etc. Prometem para o fortalecimento económico da mulher e devem ser desenvolvidas. Poderia também prometer algo o apoio à programas de fortalecimento da mulher através da diversificação das suas fontes de renda.

### **Incluindo as questões de gênero**

O Ministério da Igualdade de Gênero e Bem-Estar da Criança, assim como as activas organizações da sociedade civil, devem ser informados e sensibilizados sobre a actual negociação APE e tornar-se parte da equipa de negociação para assegurar que o fortalecimento da mulher e da igualdade de gênero torne-se uma realidade. As barreiras técnicas ao comércio são específicas em gênero porque a mulher e o homem têm papéis críticos na agricultura de subsistência e ambos precisam de apoio para que a segurança alimentar da família seja mantida em níveis aceitáveis. a vontade necessita a sustentação se a segurança do alimento da casa dever ser mantida em níveis aceitáveis. O desenvolvimento sustentável implica também que sejam dadas

às mulheres iguais oportunidades e o acesso e controlo sobre os recursos, os serviços existentes e benefícios.

As preocupações com o gênero necessitam também serem uma parte integral do Programa Estratégico do país bem como os objetivos do Director-Geral sobre a igualdade de gênero no desenvolvimento. O Departamento de Assuntos da Mulher deve ser fortalecido e ter uma representação no Gabinete.

### **Coligindo estatística desagregadas de gênero**

O trabalho productivo das mulheres na agricultura e em outras “esferas informais” deve ser reconhecido nas estatísticas e políticas nacionais. A pesquisa deve ser realizada sobre o impacto de políticas macro-económicas e sectorais em mulheres, as relações de poder e processos à nível familiar, no lidar com as estratégias informais da mulher rural, e o papel das mulheres no uso de recursos naturais e gerência. As habilidades no planeamento estratégico são necessárias para assegurar que as instituições rurais alvejem claramente e visem servir a mulher rural.

### **Strengthening civil society capacity, especially women’s voices**

Deliberados esforços devem ser feitos para engajar as organizações da sociedade civil para apoiarem os empreendimentos de base comunitária no foruns de discussões APE e do planeamento estratégico tal como o Forum de Comércio Nacional. O processo da negociação será mais productivo se o estágio de montagem possa levar em consideração questões sobre a representação e vincular as discussões à nível macro com as micro realidades e impactos revelados (figura 1).

**Figura 1. A Economia como uma estrutura de gênero**



*Fonte: Kanji, 2005*

Os participantes Não-Estatais (PSAs) necessitam serem treinados nas aproximações/ferramentas de análise de gênero para que possam ao menos contribuir nas discussões em nível nacional. Os PSAs devem se consultar e serem representados nos vários níveis de debates. As ONGs e organizações de base comunitária devem ser incentivadas à incluírem mais mulheres na gerência e órgãos de decisão de políticas. Devem ser promovidas as associações e grupos de pressão da mulher rural.

Há as indicações que Estados-Membros e da Comissão UE estão prontos para apoiar a capacidade e organização institucional; é para a Namíbia decidir se quer ter negociações para o benefício do país.

## **Apoiando a mulher como camponesa**

Os serviços agrícolas devem ser mais descentralizados para alcançar os que têm necessidades, dar enfoque em intervenções de baixo custo, desenvolver uma tecnologia de base apropriada para as tarefas agrícolas e domésticas da mulher, direccionar os serviços veterinários para a mulher e envolver a mulher na pesquisa em melhores variedades de colheita.

Os que trabalham em extensão agrícola devem receber treinamento em formas participatórias e conscientes da questão de gênero, e em efectuar uma avaliação das necessidades agrícolas da mulher camponesa. Deve ser aumentado o número de mulheres trabalhando em extensão rural. Para isto, as condições de trabalho devem ser abertas para a mulher e os colégios agrícolas devem implementar a acção afirmativa nas políticas de admissão. Centros de crédito, ONGs e MAWRD devem desenvolver esquemas de poupança e de empréstimo apropriados para a mulher rural.

Os APEs tem o potencial de agravar mais a já precária condição da mulher, a não ser que o país embarque em intervenções muito específicas tanto em políticas como em níveis institucionais que visem melhorar a condição da mulher através da propriedade da terra como de rebanhos. Além disto, reforçar os direitos de herança e reestruturar instituições de forma a permitir o acesso da mulher ao crédito, o que conduzirá ao seu fortalecimento e controlo de seus bens e serviços.

## **Reduzindo quedas de rendimento**

Para reduzir a queda de rendimentos devido às tarifas de importação, os países SADC-APE deverão concordar numa tarifa externa comum para a UE. Isto os permitiria combater o contrabando, o desvio comercial e a polarização económica. Isto também promoveria o comércio intra-regional e a integração regional na África Austral. Antes dos acordos comerciais formais, deve ser colocado em prática avaliar as aberturas em recursos productivos, infraestructura e fontes alternativas de renda, incluindo a capacidade de organizar os camponeses e sindicatos. Em outras palavras, será necessário um ajuste dos problemas e assistência técnica e financeira.

## **Criando um campo equilibrado**

Para que os APEs sejam economicamente vantajosos para todos os participantes, os países desenvolvidos deverão:

- Deverão rapidamente reduzir substancialmente a assistência agrícola no mundo desenvolvido
- Eliminar rapidamente os subsídios agrícolas no mundo desenvolvido que distorcem a produção e o comércio, levando à imposição de excedentes
- Eliminar todos os tipos de subsídios de exportação
- Introduzir um pacote de desenvolvimento agrícola que dê uma abertura aos países em desenvolvimento para apoiar os pequenos produtores e as colheitas essenciais.

Os doadores internacionais, como o FMI, Banco Mundial e bancos regionais de desenvolvimento, deverão fazer uma revisão de suas regras e políticas de assistência financeira aos países em desenvolvimento. Por exemplo, a assistência oriunda destas instituições não deve ser condicional aos PMD reduzirem ou eliminarem os subsídios agrícolas.

## **Assistindo o sector de negócios**

Os negócios necessitarão de assistência em sua reestruturação para poderem responder aos desafios do livre comércio com a UE. Isto poderia significar o auxílio com renovar as ferramentas e reestruturar a produção para atender os mercados onde as livres exportações da UE não são uma ameaça. O auxílio em encontrar novos mercados ou em diversificar suas escalas de produção, o financiamento concessional, o auxílio técnico e a sustentação do desenvolvimento do comércio devem ser estendidos às companhias afetadas.

As importações baratas da UE em termos dos bens e dos serviços poderão atender a algumas necessidades básicas da mulhere, mas esta pode ser em detrimento de negócios locais e das indústrias infantis onde a mulher é uma participante chave, especialmente no sector informal. A menos que os níveis de renda das mulheres sejam melhorados, elas não serão capazes de terem acesso à productos importados e serviços.



## 8. REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

Abed George T, (1998), Trade Liberalisation and Tax Reform in Southern Mediterranean Region, IMF Working Paper WP/98/49: (Washington: IMF)

ADB (African Development Bank) (2002): "African Development Report 2002: Africa in the world economy, rural development for poverty reduction in Africa, economic and social statistics on Africa." Oxford University Press, Oxford et al.

ActionAid, (Aug 2002) Farmgate: The developmental impact of agricultural subsidies, Media Release, UK

ACP-EU Partnership Agreement, (June 2000) Cotonou,

Andrew McKay, Chris Milner and Oliver Morrissey (2000), The Trade and Welfare Effects of a Regional Economic Partnership Agreement, Centre for Research in Economic Development and International Trade, University of Nottingham, UK

Namibia Trade Profile, (2006) Annex 1,

APRODEV. 2003. *Analytical Report on Gender Dimension of Economic Partnership Agreements*. APRODEV [Dakar, Senegal, 27-29 Oct 2003]

European Union, (2002-2007) Namibia-EC Country Strategy Paper and Indicative Programme

EC Activity Report (2001-2002)

EU News, Newsletters October-December 2000

European Research office (2000) Beyond Lomé Series, What does the recent ACP - EU Agreement Mean for Southern Africa's future Trade relation with the EU?

European Research Office (2000) Future Namibia - EU Agricultural Trade Relations: Perspectives and Concerns.

Eurostep, (2000) The EU South Africa Trade, Development and Cooperation Agreement; Analysis of the Negotiating Process, the Agreement and the Economic Impact.

FAO. 1995. *National sectoral report for Namibia – Women, agriculture and rural development.* Programme of Assistance in Support of Rural Women in Preparation for the Fourth World Conference on Women., Rome.

FAO. 1994. *National Sectoral Report on Women, Agriculture and Rural Development.* Women and Population Division, Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome.

Farm Assured Namibian Meat Scheme Manual ((2002), Ministry of Agriculture, Water and Rural Development, Windhoek, Namibia Development Trust

Gender and Development INBRIEF, Bridge Bulletin, Issue 17. January 2006, University of Sussex, Brighton, UK

Govêrno da Namíbia. 2001. *Second National Development Plan (NDP2) 2001–2006, Volume One and Two.* Windhoek.

Justine Hunter ed. (Dr. Debie LeBeau and Eunice Iipinge) (Feb 2004) *Namibia's Progress towards Gender Equality: Post-Beijing Policies and Programmes.* Namibia Institute for Democracy, Windhoek, Namibia

Namibia, the EU and Non State Actors, (2002)

F.J. Ortiz de Zúñiga, (2002) *EC Activity Review 2001–2002* Head of the EC Delegation in Windhoek, Windhoek, Namibia

Government of the Republic of Namibia Development Trust Ministry of Finance, Namibia Budget Statement 2001/02 Ministry of Health and Social Services, Medium Term Plan III 2004–2007.

Kanji, N. 2005. Agricultural Trade Liberalisation and Women's livelihoods: Understanding macro-micro linkages, IIED, London.

Namibia Vision 2030, (2004) Policy Framework for Long-term National Development (Summary), Office of the President, Republic of Namibia

National Poverty Reduction Programme, Volumes 1, 2 2005

National Poverty Reduction Action Programme for Namibia, Review documents: Volumes 1 & 2, April 1995

National Planning Commission, (2004) National Plan of Action for Population Policy Implementation,

National Planning Commission, (2004) Namibia Millennium Development Goals Country Status Report, Windhoek, Namibia

INARA. 2003. *HIV/AIDS, Poverty and Patriarchy: A Gendered Perspective*. INARA Training Centre, [Windhoek, Namibia]

One World Action, (2003) A Gender Analysis of the Cotonou Agreement and its implementation

Thomas Gibling & Alan Matthews, Global & EU Agricultural Trade Reform: What is in it for Tanzania, Uganda and Sub-Saharan Africa? IIS Discussion Paper No. 74/ June 2005

Stevens, Chris (2003): "Multilateralism, Regionalism, Bilateralism: Which Way?" Presentation at the South African Institute of International Affairs (SAIIA), University of Witwatersrand, Johannesburg, 31/10/2003.

UNAM. 2002. *Baseline Survey on Sexual and Reproductive Health and HIV/AIDS Amongst Adolescent and Youth*. University of Namibia.

UNDP. 2004. *Common Country Assessment, Namibia*. United Nations Development Programme.

United Nations Development Assistance Framework Namibia, 2005

United Nations, Common Country Assessment 2004, Namibia, Development Assistance Framework Namibia, 2005

University of Namibia, Baseline Survey 2002 on Reproductive Health and HIV/AIDS Amongst Adolescent and Youth

WFP. 2003. *Rapid Food Insecurity Assessment, Namibia*. World Food Programme, Washington DC.

Women's Action for Development Review, Celebrating 10 Years of Empowering the Poor, Windhoek, Namibia, 2004

Women in Development Service (SDWW)

Relações comerciais ACP:

[http://europa.eu.int/comm/trade/issues/bilateral/index\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/trade/issues/bilateral/index_en.htm)

Estatística de comércio ACP:

<http://europa.eu.int/comm/trade/issues/bilateral/regions/acp/stats.htm>

Acôrdo de Cotonou:

[http://europa.eu.int/comm/development/body/cotonou/index\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/development/body/cotonou/index_en.htm)

Política de comércio UE:

[http://europa.eu.int/comm/trade/index\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/trade/index_en.htm)

[http://europa.eu.int/comm/commission\\_barroso/mandelson/index\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/commission_barroso/mandelson/index_en.htm)

[http://europa.eu.int/comm/commission\\_barroso/michel/index\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/commission_barroso/michel/index_en.htm)

[http://europa.eu.int/comm/development/body/publications/docs/epa\\_en.pdf](http://europa.eu.int/comm/development/body/publications/docs/epa_en.pdf)

[http://www.sia.acp.org/acp/download/pwc\\_sia\\_acp20july2005-section-3.pdf](http://www.sia.acp.org/acp/download/pwc_sia_acp20july2005-section-3.pdf)

<http://www.sadu.int/>

<http://www.africa-union.org/>

Programa de Promoção de Investimento UE-SADC Investment Promotion Programme (ESIPP):

[www.esipp.org](http://www.esipp.org)

Montagem de Capacidade para apoiar as negociações APE (all-ACP):

[www.acpepa.org](http://www.acpepa.org)

Programa da Montar Capacidade para negociações da OMC:

[www.mtsacpeu.org](http://www.mtsacpeu.org)

Programa TRINNEX:

[www.proinvest-eu.org](http://www.proinvest-eu.org)

Programa de Iniciativa de Pesticida (PIP):

[www.sfpacp.org](http://www.sfpacp.org)

Fortalecendo Condições Sanitárias Productos da Pesca (SFP):

[www.sfpacp.org](http://www.sfpacp.org)

## **9. ANEXO 1: Pessoas Entrevistadas**

- |                                    |   |
|------------------------------------|---|
| 1. Sr. C Karamata                  | LaRRI   |
| 2. Sra. Eva Bursuik                | Delegação da UE   |
| 3. Dr. Paskin                      | Conselho da Carne da Namíbia  |
| 4. Srta. Marian Shalumba           | Ministério Igualdade de Género e Bem-Estar Infantil                     |
| 5. Sr. Shilimela                   | NEPRU   |
| 6. Srta. Susan Mavulu<br>Indústria | Ministério do Comércio e da Indústria                                   |
| 7. Srta. Ndeshi Kukuri             | Associação Nacional da Namíbia da Mulher e Negócios                     |
| 8. Sr. Jurgen Hoffman              | Director do Fórum de Comércio Agrícola                                  |
| 9. Sr. Willem Nekwiyu              | Ministério do Comércio e Indústria                                      |
| 10. Srta. Veronica De Klerk        | Acção da Mulher para o Desenvolvimento                                  |
| 11. Srta. Diana K. Tjiposa         | Agente de Promoção Comercial  |
| 12. Sr. Theo UVANGA                | NU MDG/Coordenador GCAP da Campanha NDT/NANGOF                          |
| 13. Sr. Alfred Ndabeni             | Director de Política Comercial. Política Comercial e Relações Externas. |
| 14. Ivin Lombardt                  | Coordenador VIA: One World Action-Namíbia                               |

**10. ANEXO 2: Lista de participantes das discussões de grupo de enfoque**

Okakarara: Mulheres e homens participantes das Discussões de Grupo de Enfoque, fevereiro de 2006

Nome	Organização/Ocupação
JohnUazukuari	Associação dos Camponeses de Okakarara
Eben-Ezer Katjimune	Campones comunal
RuthTjiteere	Campones comunal
Mbaha Remukende	Campones comunal
Christofine Tjiteere	Campones comunal
Uzera Mbarurua	Campones comunal
Naftaline Ruhanga	Campones comunal
Beverly Mavenjona	Campones comunal
Naftaline Tjihuike	Campones comunal
Theodofine Kaaronda	Campones comunal
Else Meroro	Campones comunal
Fremantle Kuhanga	Campones comunal
Abiud Katjizeu	Campones comunal
Alexander Mbarimuu	Campones comunal
John Uarakuujani	Campones comunal
Tjikupame Tjikuromo	Campones comunal
Obed Tjaapo	Campones comunal
Usiel Tjirueze	Campones comunal
Kavemunu Kaumbirua	Campones comunal
Elvis Tjivau	Campones comunal
Jackson Tjituka	Campones comunal

## 11. ANEXO 3: Questionário

A intenção deste questionário é para profissionais, os que fazem políticas, académicos e outras relevantes interessados, envolvidos directa ou indirectamente no funcionamento da economia nacional de Namíbia. Neste sentido, a contribuição dos entrevistados analisará o papel dos APEs na criação e promoção do desenvolvimento económico equitativo e sustentável na Namíbia. Os entrevistados permanecerão anónimos a menos que explicitamente permitam a divulgação.

1. Em que sectores da economia a população feminina participa mais?

Ministério do Género e Bem-Estar da Criança.

2. O domínio nestes sectores da maioria das mulheres é devido às suas relevantes habilidades ou devido à outros factores?

Ministério de Género e Bem-Estar da Criança.

3. Como você descreveria o desempenho total da indústria da carne ao contribuir para a economia da Namíbia?

Ministério do Comércio e Indústria.

4. Se o comércio da carne fosse liberalizado internacionalmente, este seria benéfico para os comerciantes da carne e na economia como um todo?

Ministério do Comércio e da Indústria.

5. Se o comércio da carne fosse liberalizado internacionalmente, este seria benéfico para o comércio da carne e outros factores? If the trade in beef is liberalized internationally, would this be beneficial to the beef trade Iguns outros fatores?

Ministério do Género e Bem-Estar da Criança.

6. Qual é a contribuição total das mulheres na indústria da carne?

Ministério do Comércio e Indústria,

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

7. De maneira geral, como os rendimentos são compartilhados entre o homem e a mulher no comércio da carne?

Ministério do Comércio e Indústria,

Comissão Nacional do Planeamento,

Sindicatos Nacionais.

8. A que ponto a nova lei trabalhista de 2005 endereça a questão da mulher no desenvolvimento?

Ministério do Trabalho,  
Ministério da Mulher e Desenvolvimento Infantil,  
Sindicatos Nacionais.

9. A representação das mulheres nos sindicatos trabalhistas é adequada?

Ministério do Trabalho,  
Ministério do Gênero e Bem-Estar da Criança,  
Sindicatos Nacionais.

10. Como os sindicatos trabalhistas realçariam o avanço das mulheres na economia da Namíbia?

Sindicato Nacional.

11. Descrever a política de comércio do governo/políticas no comércio da carne. Como estas políticas contribuíram ao desenvolvimento positivo da indústria da carne? Algum aspecto negativo destas políticas?

Ministério do Comércio e Indústria.

12. Qual o provável efeito dos acordos de parceria económica nas políticas acima mencionadas?

Ministério do Comércio e Indústria.

13. Você considera os APEs como bons parceiros para promover o comércio internacional sadio em Namíbia?

Ministério do Comércio e Indústria.

14. O sistema de reembolsos de exportação do comércio da carne pela UE é prejudicial ao conceito da 'boa parceria' no comércio. O que a UE pretende fazer a fim criar uma situação de 'victória vitória' para todos os envolvidos no comércio da carne?

A UE, secção de comércio internacional

15. Como podem os novos padrões (sanitários e fitosanitários) do SPS ser feitos sem indevidamente aumentar o custo da unidade de processamento da carne para países exportadores como Namíbia?

A UE, secção de comércio internacional

## 12. ANEXO 4: Lista de Verificação

20 de fevereiro de 2006

A lista de verificação desenvolvida para avaliar o impacto do considerado Acordo de Livre Comércio FTA/APEs entre a Namíbia e a União Européia.

Os principais interessados incluem:

Ministério do Comércio e Indústria  
Comissão Nacional do Plano  
Delegação da UE na Namíbia  
One World Action  
Departamento de Comércio da SADC  
Mulheres em Negócio

Como se faria uma avaliação do impacto dos APEs na economia da Namíbia em geral com relação aos seguintes aspectos?

Implicações

Perderem autonomia

Opções

Houve alguma modificação na Política Nacional de Comércio com relação à indústria da carne?

Quais são alguns dos aspectos importantes sendo negociados / discutidos

Impacto nos outros parceiros comerciais:

SACU / Efeitos Positivos & Negativos

Como a FTPR (SADC-CE Regional Preparatory Task Force) trataria deste possível relacionamento se estivesse em operação

Comentários relacionados com o Programa Comercial e de Integração Regional da Namíbia (PCIRN). Quais são alguns dos desafios enfrentados pela Namíbia na realização deste programa?

Comentário relacionados com o Programa de Apoio aos Serviços Agrícolas da Namíbia (PASAN). Como o sector agrícola da Namíbia irá ser organizado para este novo desafio? (Liberalização do comércio de produtos agrícolas)

O impacto do ACCD (Acordo de Comércio de Cooperação ao Desenvolvimento entre a UE e a AS nas relações Nam-UE (efeitos positivos e negativos).

Já começou a integração económica?

Como irá positivamente facilitar as relações comerciais?

Alguma possível limitação com o programa?

Limitações no abastecimento criam maiores reservas no lado Nam-AEP. Como irá o EDF endereçar a questão?

Qualquer efeito benéfico directo para a população feminina no “pacote de desenvolvimento” que poderá ser utilizado na Namíbia e outros países ACP?

Como a Namíbia se compara com outros países da SADC/SACU na questão de como processar as APEs?

**13. ANEXO 5: Progresso nos Objectivos de Desenvolvimento do Milênio na Namíbia (Relatório sobre o status dos Objectivos do Desenvolvimento do Milênio na Namíbia, 2004)**

Objectivo	1992	2003	2006 desejado	Progresso dos objectivos
1. Eradicar pobreza e fome		-		
Proporção de famílias vivendo em relativa pobreza	38%		28%	Lack of data

Objectivo	1992	2003	2006 desejado	Progresso dos objectivos
Proporção de famílias vivendo em pobreza extrema				
2. Alcançar a universal educação primária				
Matrículas efectivas no nível primário	89%	92%	95%	bom
Nível de permanência no 5º Grau	75%	94%	95%	bom
Nível de alfabetismo, 15-24 anos	89%	89%	94%	lento
3. Promover igualdade de género e fortalecer a mulher				
Educação primária (meninas por 100 meninos)	102	100	100	bom
Educação secundária (meninas por 100 meninos)	124	113	100	bom
Educação terciária (meninas por 100 meninos)	162	111	100	lento
Proporção de assentos mantidos por mulheres na Assembléia Nacional	9%	19%	30	lento
4.Redução de mortalidade infantil				
Mortalidade infantil (por 1000 nascimentos vivos)	67	52	36	lento
Taxa de mortalidade abaixo de cinco (por 1000 nascimentos vivos)	87	71	54	lento
Proporção de crianças com um ano de idade vacinadas contra o sarampo	63%	72%	80%	bom
Crianças abaixo do peso com menos de cinco anos	26%	24%	17%	lento
5. Melhorar a saúde mental				
Proporção de nascimentos assistidos por funcionários de saúde treinados	68%	75%	88%	bom
Taxa de prevalência de contraceptivos	21%	37%	50%	bom
6. Combate ao HIV/SIDA, malária e outras doenças				
Prevalência do HIV entre mulheres de 13-19 anos	6%	11%	9%	piorando
Prevalência do HIV entre mulheres de 20-24 anos	11%	22%	15%	piorando
Taxa do bom tratamento da TB	58%	69%	75%	bom
7. Assegurar a sustentabilidade ambiental				

Objectivo	1992	2003	2006 desejado	Progresso dos objectivos
Proporção de famílias com acesso para conservar água potável	45%	80%	80%	bom
Proporção de famílias rurais com acesso ao saneamento básico	15%	21%	50%	lento
Propriedade da terra	5%	6.1%	8.5%	lento
Districtos supervisionados registados	0%	4.9%	10.9%	lento
8. Desenvolver parcerias globais para o desenvolvimento				
Assistência de Desenvolvimento Internacional per capita para a Namíbia (em U\$)	130	60	90	piorando